



# BI

# Lisboa



### **Ficha Técnica**

Título: BI Lisboa

Autores: João Gomes e Rita Luís

Data: Dezembro de 2023

## Índice

Glossário de siglas .....	4
Índice de Gráficos e Tabelas .....	5
Introdução .....	7
Território e População Residente .....	7
Distrito .....	7
Concelho .....	11
Pobreza e Exclusão Social .....	15
AML .....	15
Concelho .....	16
Mercado de Trabalho .....	18
Distrito .....	18
Concelho .....	24
Rendimento e Poder de Compra .....	27
Distrito .....	27
Habitação .....	31
Distrito .....	32
Concelho .....	35
Educação .....	40
Distrito .....	41
Concelho .....	44
Saúde .....	45
Distrito .....	47
Proteção Social .....	51
Distrito .....	51
Concelho .....	54
Participação Eleitoral .....	57
Distrito .....	57
Observações Finais .....	58

# BI Lisboa



Bibliografia .....	60
Imprensa .....	60
Webgrafia.....	61

## Glossário de siglas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CSI – Complemento Solidário para Idosos

ENCP – Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PSSA – Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

RSI – Rendimento Social de Inserção

SNS – Serviço Nacional de Saúde

## Índice de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1 – Pirâmide Etária – Lisboa (2011/2020)	11
Gráfico 2 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira por freguesia	12
Gráfico 3 - Índice de envelhecimento por freguesia	14
Gráfico 4 – Pessoas e famílias apoiadas pelo banco alimentar em Lisboa (2020)	17
Gráfico 5 - Desempregados por sexo - Distrito de Lisboa 2011/2021	22
Gráfico 6 - Desempregados por faixa etária - Distrito de Lisboa 2011/2021	23
Gráfico 7 - Desempregados por nível de escolaridade 2021	24
Gráfico 8 - População desempregada por Local de residência	26
Gráfico 9 – Alojamentos Familiares Clássicos Arrendados de Residência Habitual por Escalão do Valor Mensal da Renda 2011/2021	34
Gráfico 10 - Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por Localização geográfica e Escalão do valor mensal da renda	38
Gráfico 11 - População por nível de escolaridade 2021	42
Gráfico 12 - Taxa de analfabetismo por Local de residência	44
Gráfico 13 - taxa de conclusão do ensino superior por Local de residência	45
Gráfico 14 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo	46
Gráfico 15 - Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo	47
Gráfico 16 - Pessoal ao serviço nos hospitais 2020	49
Gráfico 17 - Abstenção eleitoral	58
Tabela 1 - Caracterização da população residente .....	9
Tabela 2 - Envelhecimento e Renovação da População no Distrito de Lisboa .....	10
Tabela 3 - Pobreza e Exclusão Social (2021).....	16
Tabela 4 - Tecido Empresarial do Distrito de Lisboa .....	19
Tabela 5 - Trabalhadores e Vínculos Contratuais.....	20
Tabela 6 - Desempregados inscritos no IEFP - 2011 a 2021 .....	21
Tabela 7 - Rendimento e Poder de Compra .....	27
Tabela 8 - Ganho médio Mensal por nível de escolaridade .....	29
Tabela 9 - Ganhos médios mensais por sexo - 2011 a 2019 .....	30
Tabela 10 - Média das remunerações do trabalho dependente & Poder de Compra Per Capita - 2011 a 2021.....	31
Tabela 11 - Alojamentos familiares 2011/2021 .....	32
Tabela 12 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual 2011/2021 .....	33
Tabela 13 – Valor Mediano das rendas/vendas 2017/2019/2020 .....	35
Tabela 14 – Taxa de variação da população residente (2011 - 2021) .....	37
Tabela 15 – Taxa de Analfabetismo por sexo (2011) .....	41

Tabela 16 - Alunos do ensino não superior por nível de ensino .....	42
Tabela 17 - Escolaridade no Distrito de Lisboa .....	44
Tabela 18 - Hospitais: evolução distrital e nacional de 2013 a 2020 .....	48
Tabela 19 - Taxa de mortalidade por tumores malignos e doenças do aparelho circulatório ....	49
Tabela 20 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal e mortalidade infantil .....	50
Tabela 21 - Prestações sociais 2009/2020/2021 .....	52
Tabela 22 - Subsídio de desemprego .....	53
Tabela 23 - Rendimento Social de Inserção .....	54

## Introdução

A cidade e o distrito de Lisboa apresentam enormes desafios no âmbito do combate à pobreza e exclusão social. Lisboa é o maior centro urbano do país, centraliza em si uma grande parte das instituições sociais, políticas e económicas do país, Apresenta elevados índices de urbanização e o seu tecido económico, bem como o seu mercado de trabalho, refletem enormes complexidades.

Se Lisboa aparenta ser, em quase todos os indicadores apresentados neste relatório, a cidade mais afluyente do país, é, igualmente, a cidade que manifesta as maiores discrepâncias sociais, económicas e territoriais<sup>1</sup>. Por exemplo, se Lisboa regista o maior poder de compra *per capita* do país (mais do dobro da média nacional) é também a cidade onde os pobres são mais pobres<sup>2</sup>.

Este BI procura caracterizar os fenómenos da pobreza e da exclusão social no distrito e na cidade de Lisboa através da definição e análise de alguns indicadores estatísticos. Recorrendo a dados quantitativos provenientes de diversas fontes (INE, Censos 2021, IEFP, entre outros), o período de recolha e análise dos dados decorreu no primeiro semestre de 2023. No entanto, este documento socorre-se igualmente de dados qualitativos provenientes de entrevistas realizadas a 7 cidadãos em situação de vulnerabilidade social e económica, momento que decorreu durante o segundo semestre de 2023.

## Território e População Residente

### Distrito

O distrito de Lisboa localiza-se no litoral de Portugal, mais concretamente, na margem norte do rio Tejo e possui uma superfície total de 1 816,1 quilómetros quadrados (Km<sup>2</sup>), correspondentes a 3,1% da área total do país. É composto por 16 concelhos, divididos em três regiões NUTS II<sup>3</sup>: parte da Área Metropolitana de Lisboa (AML) (Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira), parte da região Oeste (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras) e um concelho do Alentejo (Azambuja).

<sup>1</sup> Ricardo Paes Mamede, "Não é Lisboa que é privilegiada, são alguns dos que ali moram", *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniaao-dn/ricardo-paes-mamede/nao-e-lisboa-que-e-privilegiada-sao-alguns-dos-que-ali-moram-11552449.html>.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

Em 2020, a população residente no distrito de Lisboa era de 2 298 334 habitantes, cerca de um quinto do total da população residente em Portugal, primeira evidência da centralização e litoralização do território nacional. Os concelhos com maior e menor densidade demográfica são, respetivamente, a Amadora (7 799,8) e o Cadaval (78,5)<sup>4</sup>. Sem surpresas, os concelhos do distrito de Lisboa que pertencem, simultaneamente, à AML registam uma maior densidade demográfica em relação aos restantes concelhos do distrito<sup>5</sup>. Assim, importa salientar que o distrito apresenta uma dicotomia territorial, económica e social, entre os concelhos de cariz (mais) urbano e os concelhos de cariz (mais) rural.

Em 2020, registou-se no distrito de Lisboa um saldo natural negativo (- 2 025), contrariamente ao ocorrido em anos anteriores. O concelho com a maior taxa bruta de natalidade foi, em 2020, o de Lisboa, registando um valor de 11,2%, acima da média nacional (8,2%). Inversamente, o concelho do Cadaval registou um valor muito abaixo da média nacional, tanto em 2019, como em 2020 (5,7% e 5,3% respetivamente). Interessante observar ainda que, em 2011, 2019 e 2020, os três concelhos detentores das taxas brutas de natalidade mais elevadas do distrito de Lisboa pertenciam à AML (Mafra, Odivelas e Lisboa).

Acompanhando a tendência nacional, a população estrangeira residente no distrito de Lisboa tem vindo a aumentar, registando-se um saldo migratório positivo de 11 197. É no distrito de Lisboa que se concentra a grande maioria dos estrangeiros residentes em Portugal (40%).

---

<sup>4</sup> Sendo que o valor relativo à densidade populacional para o conjunto do território nacional é de 112.

<sup>5</sup> A média da densidade populacional dos concelhos do distrito de Lisboa que pertenciam, simultaneamente, à região do Oeste fixava-se, em 2019, nos 988,5, enquanto a média relativa aos concelhos pertencentes à AML se situava nos 3 121,7 (Fonte: PORDATA/INE, Densidade Populacional).

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Indicador	2011		2019		2020	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
População Residente (n.º)	2 252 719	10 542 398	2 289 162	10 295 909	2 298 334	10 298 252
	21,4%	100%	22,2%	100%	22,3%	100%
Densidade demográfica	81,2	7388,7	78,2	7740,5	78,5	7799,8
varia entre um mínimo e um máximo de:	Cadaval	Amadora	Cadaval	Amadora	Cadaval	Amadora
	114	111,6	112			
Saldo Natural (n.º)	4 374	- 5 992	1 713	- 25 214	- 2 025	- 38 931
Taxa bruta de natalidade (‰)	7,4	12,3	5,7	12	5,3	11,2
varia entre um mínimo e um máximo de:	Azambuja	Mafra	Cadaval	Odivelas	Cadaval	Lisboa
	9,2	8,4	8,2			
Índice sintético de fecundidade (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	1,13	1,69	0,99	2,32	0,92	2,28
	Sobral de Monte Agraço	Loures	Cadaval	Lisboa	Cadaval	Lisboa
	1,35	1,42	1,40			
Estrangeiros residentes (n.º)	188 259	436 822	260 503	590348	285 570	662 095
	43,1%	100%	44,1%	100%	43,1%	100%
Homens	92901	219137	130900	296417	145150	336123
	49%	50%	50%	50%	51%	51%
Mulheres	95358	217685	129603	293931	140420	325972
	51%	50%	50%	50%	49%	49%
Saldo migratório (n.º)	- 2 825	- 24 331	15 677	44 506	11 197	41 274

Fontes: PORTDATA/INE, Estimativas anuais da população residente; SEF; INE, Indicadores demográficos.

Em relação ao índice de envelhecimento, o distrito de Lisboa regista valores inferiores à média nacional (141,6 para 167), explicado, em grande medida, pelo saldo migratório positivo referido anteriormente. Não obstante, existem diferenças significativas entre os concelhos pertencentes à região de Lisboa. Em 2019 e 2020, Mafra era o concelho com o menor índice de envelhecimento do distrito de Lisboa (101,5), ao contrário do que sucedia com o Cadaval, onde se verificaram taxas extremamente elevadas (223,9) em relação ao conjunto do território nacional. De notar que, entre 2011 e 2020, estes valores aumentaram, tanto a nível nacional, como a nível distrital e concelhio, o que demonstra um envelhecimento geral da população em Portugal.

Também o índice de dependência total e o índice de dependência dos idosos têm vindo a crescer desde 2011. O distrito de Lisboa apresentou, em 2019 e 2020, um valor superior à média nacional em ambos os indicadores. Em 2019 e 2020, o concelho de Sobral de Monte Agraço registou um índice de dependência total inferior à média nacional (47,6 e 55,9 respetivamente). Em sentido inverso, encontra-se o concelho de Lisboa, com um índice de dependência total muito acima da média do país (82,3). Quanto ao índice de dependência dos idosos, é também Lisboa que regista um valor mais elevado, enquanto os concelhos de Mafra (em 2019 e 2020) e de Vila Franca de Xira (em 2011) apresentam índices de dependência dos idosos relativamente baixos (98,1, 101,5 e 44,4, respetivamente).

Por outro lado, em 2019 e 2020, o índice de renovação da população em idade ativa na cidade de Lisboa situava-se muito abaixo da média nacional (65,4 e 77,8 respetivamente), enquanto o concelho da Arruda dos Vinhos superava, em larga medida, os valores relativos ao concelho de Lisboa e ao conjunto do país (120,8). Este fenómeno, como veremos num capítulo posterior<sup>6</sup>, não está dissociado das dificuldades de acesso à habitação na cidade de Lisboa, processo que promove um deslocamento da população (especialmente, a população jovem) para os concelhos limítrofes.

TABELA 2 - ENVELHECIMENTO E RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO NO DISTRITO DE LISBOA

Indicador	2011		2019		2020	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Índice de envelhecimento (n.º) valor distrital e municipal:	123,3		127,6		141,6	
	76,8 Mafra	197,1 Lisboa	98,1 Mafra	221,7 Cadaval	101,5 Mafra	223,9 Cadaval
Índice de dependência total (n.º) valor distrital e municipal	53,8		61,6		61,9	
	44,4 Vila Franca de Xira	66,2 Lisboa	47,6 Sobral de Monte Agraço	81,5 Lisboa	47,6 Sobral de Monte Agraço	82,3 Lisboa
Índice de dependência dos idosos (n.º) valor distrital e municipal:	29,7		28,8		36,3	
	19,9 Vila Franca de Xira	43,9 Lisboa	24,2 Mafra	51,3 Lisboa	24,3 Mafra	51,3 Lisboa
Índice de renovação da população em idade activa (n.º) varia entre um mínimo e um máximo de:	74,8	124,1	64,5	112,9	65,4	120,8
	Oeiras	Mafra	Lisboa	Arruda dos Vinhos	Lisboa	Arruda dos Vinhos
		93		77,5		77,8

Fonte: PORDATA/INE, Estimativas anuais da população residente; INE, Indicadores demográficos (anual).

À semelhança do que acontece a nível nacional, no distrito de Lisboa, o número de mulheres é ligeiramente superior ao dos homens. Se as primeiras representam 52,8% da população do distrito de Lisboa, os segundos não ultrapassam os 47,2%. Cerca de metade dos residentes no distrito têm idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos e mais de 30% dos restantes têm idade igual ou superior a 65 anos. Cerca de 10% dos residentes têm entre 15 e 24 anos e os restantes 15% têm idades abaixo dos 15 anos. Estes dados indicam uma tendência geral de envelhecimento da população que se interliga com a estrutura e características da pirâmide etária do distrito.

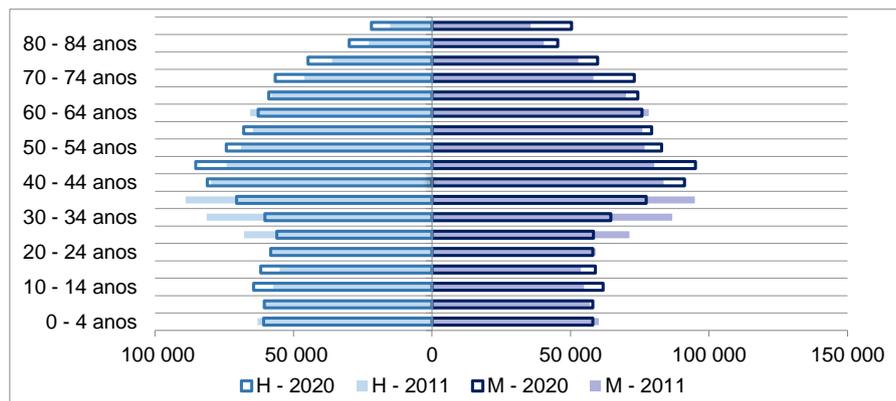
O distrito possui uma pirâmide etária envelhecida, típica dos países desenvolvidos. Apresenta uma base estreita, demonstrando uma redução das taxas de natalidade e de fecundidade devido a fatores como a participação das mulheres no mercado de trabalho e a urbanização<sup>7</sup>. Contém um topo mais alargado, em comparação

<sup>6</sup> Ver capítulo sobre habitação.

<sup>7</sup> Fundação Francisco Manuel dos Santos, "Nascer em Portugal". Disponível em: <http://nascereportugal.ffms.pt/#cada-vez-menos>.

às demais pirâmides, indicando um aumento da esperança de vida, uma redução da taxa de mortalidade e a existência de políticas públicas voltadas para os setores sociais e da saúde.

GRÁFICO 1 – PIRÂMIDE ETÁRIA – LISBOA (2011/2020)



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente (anual).

## Concelho

A cidade de Lisboa, capital do país, possui uma área de 100 Km<sup>2</sup>. Com uma população de 545 796 residentes (5,3% do total nacional), a cidade vê diariamente o número dos seus utilizadores crescer em mais de 70%, fruto dos movimentos pendulares casa-trabalho provenientes dos concelhos limítrofes<sup>8</sup>. Importa mencionar que, nos últimos 50 anos, Lisboa perdeu 257 000 residentes, cerca de 1/3 da sua população<sup>9</sup>.

A cidade de Lisboa tinha, em 2019, uma taxa bruta de natalidade que rondava os 11,6%, superior à de Portugal (8,5%), mas uma taxa de mortalidade igualmente mais elevada (13,6% e 11%, respetivamente)<sup>10</sup>.

O concelho de Lisboa possuía, em 2021, uma densidade populacional de 5 456,36. Ao nível das freguesias, observamos que os maiores índices de densidade populacional se registavam nas freguesias de Arroios (15 634,74), Campo de Ourique

<sup>8</sup> Câmara Municipal de Lisboa, "Lisboa em números 2020". Disponível em: [https://www.lisboa.pt/fileadmin/atuabilidade/publicacoes/periodicas/economia/economia\\_lisboa\\_em\\_numeros\\_2020.pdf](https://www.lisboa.pt/fileadmin/atuabilidade/publicacoes/periodicas/economia/economia_lisboa_em_numeros_2020.pdf).

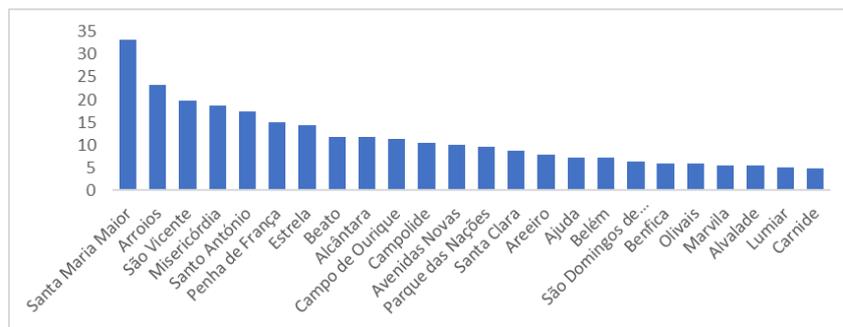
<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

(13 418,18) e Areeiro (12 302,33)<sup>11</sup>. Em sentido inverso, surgiam as freguesias de Santa Maria Maior (3 339,20), Alcântara (2 731,76) e Belém (1 586,39)<sup>12</sup>.

Lisboa contabilizava, no mesmo ano, uma população residente estrangeira de 40 955 (7% do total do país), sendo que a maior comunidade estrangeira era constituída por cidadãos provenientes do Brasil (17%)<sup>13</sup>. Os dados por freguesias sinalizam o Lumiar (3 851), São Domingos de Benfica (2 779) e Arroios (2 713) como os territórios com maior número absoluto de estrangeiros<sup>14</sup>. No entanto, eram as freguesias de Santa Maria Maior (33,28%), Arroios (23,33%) e São Vicente (19,86%) que apresentavam a maior proporção de população residente estrangeira em relação ao total da sua população<sup>15</sup>. Em sentido inverso surgiam as freguesias de Alvalade (5,38%), Lumiar (5,08%) e Carnide (4,76%)<sup>16</sup>. Observamos, desde já, que as freguesias mais afluentes da capital, como é o caso de Alvalade, atraem, em proporção, um menor número de residentes estrangeiros em relação aos restantes territórios.

GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (%) POR FREGUESIA



Fonte: Censos 2021, “Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo; Decenal”.

Números que não surpreendem dado o risco de pobreza e exclusão social associado à população imigrante. Desde logo, pelos episódios de discriminação de que são alvo. De acordo com os relatos transcritos em baixo, provenientes das entrevistas

<sup>11</sup> Censos 2021, “Densidade populacional (N.º/km²) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo; Decenal”.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> Censos 2021, “População residente (Portuguesa nascida no estrangeiro - N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal”.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> Censos 2021, “Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo; Decenal”.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

realizadas, observamos a articulação entre população imigrante, discriminação e percursos de pobreza e exclusão social.

Entrevista #1. Há discriminação sim. Ainda mais para os que têm problemas de comunicação, custa-lhes mais. Ninguém tem país. Onde estás, é a tua terra. Ninguém tem país, posso nascer na Guiné, mas hoje estou cá, a minha terra é esta, porque estou a viver aqui. A Guiné-Bissau é a minha terra, viu-me nascer, eu amo a minha terra, amo-a muito e sinto saudades, mas eu estou aqui agora, aqui também é a minha terra, mas às vezes dizem “vão para a vossa terra”. Isso é triste de se ouvir.

Entrevista #2. Eles estavam a ser racistas comigo e eu estava a deixar porque não tinha outra possibilidade, não falava português. Eu pensava: “eu quase cheguei a ficar na rua, tenho de continuar”. Eles estavam a dizer muitas coisas sobre nós (árabes), coisas más e começou a ser quase todos os dias.

No entanto, não são apenas os episódios de discriminação que afetam a população imigrante e a coloca mais exposta a eventuais situações de vulnerabilidade social e económica. A burocracia é também um fator bastante mencionado.

Entrevista #3. Eu, para pedir a autorização de residência, pediram-me três certidões do meu país de origem. Eu consegui as certidões, mas vinham sempre com o nome errado. Deixei de pedir. Agora pediram-me os bilhetes de identidade do meu pai, da minha mãe e o meu. Ora, eles morreram, não sei que bilhetes querem. Mas preciso deste documento [certidão] para ser português.

Dada a importância da população imigrante, não apenas para o rejuvenescimento da população nacional, como para a própria dinamização da economia, a sucessão de episódios de discriminação e os complexos procedimentos burocráticos são fatores de exclusão que deveriam ser alvo de uma maior atenção da população em geral e do Estado em particular. Como assinalam dois entrevistados:

Entrevista #1. Nós não temos nada, nós somos imigrantes, nós precisamos de ajuda. Ajudem os imigrantes, porque os imigrantes é que fazem o imposto crescer.

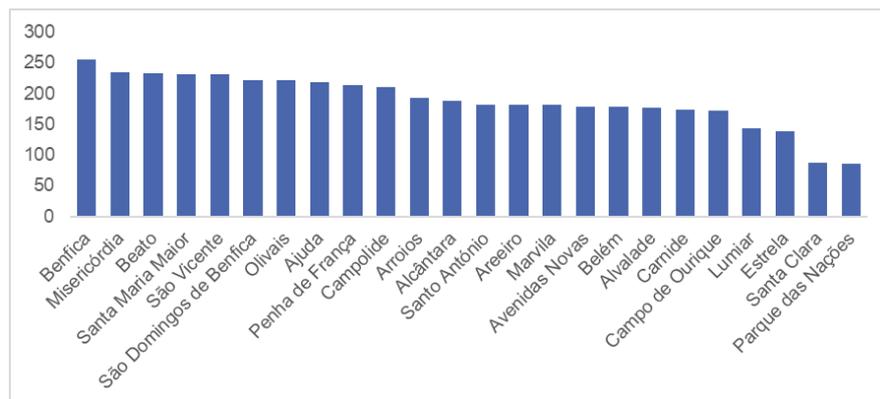
Entrevista #4. Tendo os imigrantes a trabalhar, temos rendimento para a Segurança Social, mesmo a Segurança Social sabe disso. A nacionalidade é um direito. Eu não vou pedir a nacionalidade, estou aqui a trabalhar há 30 anos, tenho de pagar para ter a nacionalidade, vou pagar 200€, vou ter que dormir lá para ser atendido, sujeitar-me aquele frio da Gare do Oriente. Se ser português é ter dinheiro a mim não me faz diferença, essa é a razão.

Em relação ao índice de envelhecimento, em 2021, a cidade de Lisboa apresentava um valor de 179,40, abaixo dos 182,07 do país<sup>17</sup>. Por freguesias, Benfica

<sup>17</sup> Censos 2021, “Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo; Decenal”.

(255,43), Misericórdia (234,31) e Beato (232,57), registavam os índices de envelhecimento mais elevados, ao contrário do que sucedia na Estrela (139,10), Santa Clara (86,75) e Parque das Nações (85,81)<sup>18</sup>.

GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (N.º) POR FREGUESIA



Fonte: Censos 2021, "Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo; Decenal.

Por fim, dos 545 796 residentes da cidade de Lisboa, a maioria encontrava-se nas faixas etárias dos 25-64 anos (291 739) e 65 e mais anos (127 768)<sup>19</sup>. A freguesia com maior população residente era, em 2021, o Lumiar (46 334), seguida de Marvila (35 479) e Benfica (35 362), também aqui com maior preponderância das faixas etárias acima mencionadas<sup>20</sup>. Benfica (10 475), Lumiar (9 689) e São Domingos de Benfica (8 996) representavam as freguesias com o maior número absoluto de residentes acima dos 65 anos<sup>21</sup>. No sentido inverso, as freguesias que concentravam o maior número absoluto de residentes nas faixas etárias dos 0-14 anos e 15-24 anos eram o Lumiar (6 790), Marvila (4 698) e Santa Clara (4 462)<sup>22</sup>.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> Censos 2021, "População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal".

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

## Pobreza e Exclusão Social

### AML

O distrito de Lisboa concentra em si as maiores clivagens sociais e económicas do país. Não apenas entre a cidade de Lisboa e as suas periferias, não apenas entre os concelhos abrangidos pela AML e os concelhos do Oeste, mas igualmente no interior de cada um destes territórios. A desigualdade social não é, portanto, especificamente territorial, diz respeito à “interseccionalidade” entre as categorias de raça/etnia, género e classe e como essas categorias se articulam no espaço físico<sup>23</sup>. Como referido anteriormente, não é Lisboa que é privilegiada, mas alguns que aí vivem<sup>24</sup>.

Na tabela 3 podemos observar os indicadores relativos à pobreza e à exclusão social em todo o país. Estes dados não se desdobram por distritos, mas sim por NUTS II, o que dificulta a leitura a nível distrital e por freguesias. Desta forma, a análise dos dados reporta-se aos concelhos do distrito de Lisboa que pertencem à AML e a algumas comparações com as regiões limítrofes.

Comparando a AML com as restantes regiões, percebemos que esta apresenta valores inferiores à média nacional em quase todos os indicadores relativos à pobreza e exclusão social. No entanto, é também na AML que se regista uma maior incidência de situações extremas de vulnerabilidade social, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA)<sup>25</sup>.

A taxa de risco de pobreza ou exclusão social na AML (situada em 17,2%) é a mais baixa a nível nacional, seguida das regiões vizinhas do Centro e do Alentejo, cuja taxa se fixa em 22,6% e 20,3%, respetivamente. Percebe-se ainda que a taxa de risco de pobreza desce cerca de quatro pontos percentuais após transferências sociais, ou seja, depois das transferências sociais, 12,8% dos residentes da AML ainda se encontram em risco de pobreza. Ao analisar a tabela 3 percebemos que, à exceção do Alentejo (17,1%), na AML, a taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social (17,2%) é menor do que a de todas as restantes regiões após transferências sociais (todas acima dos 17%). Já quanto à taxa de privação material e social severa, a realidade da AML (5,3%) é inferior à média nacional, mas superior às regiões do Alentejo (4,5%) e do Centro (4,6%). Percebemos assim que, apesar de na AML se registarem

<sup>23</sup> Patricia Collins e Sima Bilge. (2016). *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press.

<sup>24</sup> Ricardo Paes Mamede, “Não é Lisboa que é privilegiada, são alguns dos que ali moram”, *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/ricardo-paes-mamede/nao-e-lisboa-que-e-privilegiada-sao-alguns-dos-que-ali-moram-11552449.html>.

<sup>25</sup> Ver secção relativa à habitação.

menores taxas de risco de pobreza (antes e após transferências sociais), as pessoas que já se encontram em situação de privação experienciam formas mais severas de vulnerabilidade social em comparação com as regiões vizinhas.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>26</sup>, relativos a 2015/2016, indicam que as despesas com habitação e bens alimentares na AML são superiores à média das restantes regiões do país, realidade que se tem replicado nos últimos anos. Tendo em conta que o custo de vida na AML é superior ao do restante país<sup>27</sup> e que o cálculo da taxa de risco de pobreza e exclusão social é inalterada para o conjunto do território, percebemos que a análise destes dados deve ser feita com cautela.

Na tabela 3 observamos que a AML, em conjunto com a Região Centro e a Região Autónoma dos Açores, registam os maiores níveis de desigualdade na distribuição de rendimentos relativamente ao conjunto do território nacional. O coeficiente de *Gini*, que sintetiza a assimetria na distribuição de rendimentos, regista um valor de 32,7% na AML, um dos mais altos do país. Como tal, existem vários fatores que se imiscuem na análise da pobreza e da exclusão social e que não podem ser descurados. Se, por um lado, a AML aparenta registar, em média, uma menor incidência de situações de pobreza e exclusão social, por outro, o custo de vida, a desigualdade de rendimentos e as assimetrias territoriais não podem ser negligenciadas na análise.

TABELA 3 - POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL (2021)

		Portugal	Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
<b>2021</b>									
Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	%	22,4	25,8	22,6	17,2 Rc	20,3	25,4	27,5 Rc	29,2 Rc
Taxa de privação material e social severa	%	6,0	7,4	4,6	5,3	4,5	6,1	8,7	8,9
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais <sup>(a)</sup>	%	18,4	21,1	19,9	12,8	17,1	21,6	21,9	24,2
Intensidade laboral per capita muito reduzida <sup>(a)</sup>	%	5,3 Rc	5,8 Rc	5,0 Rc	4,9 Rc	4,2 Rc	6,0 Rc	5,5 Rc	7,6 Rc
Coefficiente de Gini do Rendimento por adulto	%	33,0	31,5	33,3	32,7	30,8	31,0	33,0	31,1
Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20	N	5,7	5,4	5,6	5,6	5,0	5,3	5,6	5,1

Fonte: INE, EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2021.

## Concelho

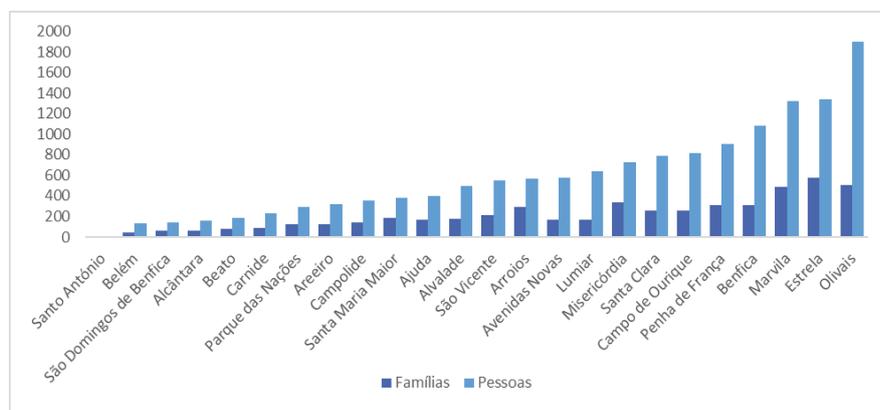
Não sendo possível analisar os dados da pobreza e exclusão social por freguesia na cidade de Lisboa, podemos observar os dados do indicador “Pessoas Apoiadas pelo

<sup>26</sup> INE, “Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016”.

<sup>27</sup> Idealista (2022), “Lisboa é a terceira cidade mais cara do mundo para se viver”. Disponível em: <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2022/05/25/52434-lisboa-e-a-terceira-cidade-mais-cara-do-mundo-para-se-viver>.

Banco Alimentar 2008-2020” que sinaliza, indiretamente, algumas tendências<sup>28</sup>. Constatamos que, em 2020, 14 328 pessoas (mais 2 975 que em 2019) e 5 165 famílias (mais 898 que em 2019) eram apoiadas pelo Banco Alimentar no concelho de Lisboa<sup>29</sup>. Verificamos, igualmente, que as freguesias dos Olivais (1 901 pessoas e 509 famílias), Estrela (1 343 pessoas e 579 famílias) e Marvila (1 321 pessoas e 490 famílias) registaram os números mais elevados de pessoas e famílias apoiadas, ao contrário do que sucedia nas freguesias de Santo António (8 pessoas e 4 famílias), Belém (134 pessoas e 40 famílias) e São Domingos de Benfica (142 pessoas e 62 famílias)<sup>30</sup>. Em 2020 existiam no concelho de Lisboa, 2 632 pedidos de apoio, sendo que Marvila (336), Penha de França (215) e Santa Clara (202) registavam os números mais elevados<sup>31</sup>.

GRÁFICO 4 – PESSOAS E FAMÍLIAS APOIADAS PELO BANCO ALIMENTAR EM LISBOA (2020)



Fonte: Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa / EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza, “Pessoas, famílias e instituições apoiadas pelo BAL 2008-2020”.

Contrariando alguns dos dados estatísticos acima mencionados que apontam a cidade e o distrito de Lisboa como os menos afetados do ponto de vista das estatísticas associadas à pobreza e exclusão social, podemos analisar as profundas consequências sociais e emocionais da pobreza e da exclusão social nos discursos dos nossos entrevistados, que revelam as profundas desigualdades vividas no distrito e na cidade.

Entrevista #5. Foi a partir dos 12 anos que saí de casa, saí de casa e nunca foi fácil. Dormi na rua. Nessa altura, arranjei a minha mulher, que morreu. Ela andava a comer nos caixotes.

<sup>28</sup> Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa / EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza, “Pessoas, famílias e instituições apoiadas pelo BAL 2008-2020”. Disponível: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/lisboa-em-numeros/apoio-de-emergencia/>.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

Dormíamos os dois na rua. A polícia ia lá e corria com a gente. Havia pessoas que batiam na gente.

Entrevista #1. Naquele tempo vivia nas barracas. E com o frio que fazia naquela altura eu não conseguia dormir. Vivi essa experiência na Buraca, não dormia, logo no início quando cheguei. O meu tio soube da minha estadia e foi-me buscar e fui logo para casa dele.

## Mercado de Trabalho

### Distrito

Em 2019 existiam 1 318 330 empresas em Portugal e 3 043 825 trabalhadores por conta de outrem. No distrito de Lisboa, especificamente, foram registadas, no mesmo ano, 327 252 empresas que empregavam 863 493 trabalhadores. Estes números correspondem, respetivamente, a 24,8% e 28,4% do total nacional, facto que demonstra como o distrito de Lisboa continua a centralizar, não apenas as instituições públicas, mas também uma componente muito substancial do investimento privado realizado no país. As forças centrípetas que o distrito de Lisboa exerce sobre o investimento (público e privado) explicam a sua capacidade de atração de grande parte da população nacional, motivada a fixar-se nas áreas metropolitanas onde se concentram os principais bens, serviços e oportunidades de emprego<sup>32</sup>.

Por outro lado, Lisboa não constitui exceção no panorama nacional no que diz respeito à estrutura do seu tecido económico e empresarial. As pequenas e médias empresas desempenham um papel preponderante na dinamização da atividade económica do país e do distrito de Lisboa. Em 2019, as micro empresas representavam 96% das sociedades constituídas em Portugal e em Lisboa. Neste sentido, as grandes empresas representavam apenas 0,1% dos grupos económicos constituídos no distrito e no país. Embora as pequenas e médias empresas constituam componentes fundamentais na dinâmica social e económica de qualquer território, este fator estrutural e persistente, aponta para uma excessiva dependência do tecido económico nacional e distrital em relação às microempresas, caracterizadas pela sua reduzida capacidade de investimento, pela sua dificuldade na criação de postos de trabalho, pela sua fragilidade aquisitiva e remuneratória e pela sua permeabilidade a potenciais crises socioeconómicas.

---

<sup>32</sup> Maria Caetano, "Lisboa e Norte concentram três quartos das vagas de emprego", *Dinheiro Vivo*, 27 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/lisboa-e-norte-concentram-tres-quartos-das-vagas-de-emprego-12685534.html>; Margarida Cardoso, "Lisboa é a capital e o resto continua a ser paisagem. Este estudo apresenta provas", *Expresso*, 10 de novembro de 2018. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2018-11-10-Lisboa-e-a-capital-e-o-resto-continua-a-serpaisagem.-Este-estudo-apresentaprovas>.

TABELA 4 - TECIDO EMPRESARIAL DO DISTRITO DE LISBOA

	Indicador	2011		2017		2018		2019	
		Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
	Empresas (n.º)	276 868	1 113 559	303 822	1 242 693	314 347	1 278 164	327 252	1 318 330
		24,9%	100,0%	24,4%	100,0%	24,6%	100,0%	24,8%	100,0%
Pequenas e médias empresas	< 10 trabalhadores	265 547	1 067 581	292 636	1 196 753	302 668	1 229 939	314 896	1 267 893
		95,9%	95,9%	96,3%	96,3%	96,3%	96,2%	96,2%	96,2%
	10 a 49 trabalhadores	9 304	39 494	9 119	39 022	9 499	40 963	10 026	42 773
		3,4%	3,5%	3,0%	3,1%	3,0%	3,2%	3,1%	3,2%
50 a 249 trabalhadores	1 607	5 642	1 627	5 974	1 721	6 268	1 842	6 593	
	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%	0,5%	
Grandes empresas	> 250 trabalhadores	410	842	440	944	459	994	488	1 071
		0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (anual).

Apesar destas potenciais vulnerabilidades, entre 2011 e 2019, verificou-se um crescimento sustentado das empresas (independentemente da sua dimensão) estabelecidas no distrito de Lisboa (mais 50 384 empresas relativamente a 2011). Circunstância que se reflete, igualmente, no aumento do número de trabalhadores por conta de outrem (mais 121 010 trabalhadores empregados relativamente a 2011). Porém, o crescimento dos trabalhadores por conta de outrem tem sido alavancado, em grande medida, pela proliferação de relações laborais e contratuais “atípicas” (contratos a termo, a prazo, de cedência temporária e a tempo parcial). Entre 2011 e 2019, o número de trabalhadores enquadrados nesta categoria aumentou de 205 168 para 315 930 (um aumento de 110 762 trabalhadores, ou de 35,05%). Em 9 anos, a sua representatividade em relação ao total de trabalhadores por conta de outrem cresceu 9 pontos percentuais, passando de 27,6% para 36,6%. Em Portugal, no mesmo período temporal, o número de trabalhadores inseridos em relações laborais e contratuais “atípicas” aumentou de 673 903 para 1 077 689 (um incremento de 403 786 trabalhadores, ou de 37,5%). Em Lisboa, entre 2011 e 2021, o número de trabalhadores a recibos-verdes (pessoas singulares em trabalho independente) passou de 109 340 para 123 822 (um aumento de 14 482 trabalhadores, ou de 11,7%).

Ao mesmo tempo, observamos que, no distrito de Lisboa, o crescimento do número de trabalhadores com contrato permanente entre 2011 e 2019 é bem mais modesto. Em 2011, integravam-se neste grupo 533 436 trabalhadores e, em 2019, 542 995 (um aumento de 9 559 trabalhadores). Neste sentido, a sua representatividade em relação ao total de trabalhadores por conta de outrem diminuiu de 71,8% para 62,9%. Mais uma vez, os números são semelhantes para o conjunto do território

nacional. Em Portugal, entre 2011 e 2019, a representatividade destes trabalhadores diminuiu 9,3 pontos percentuais (passou de 73,3% em 2011 para 64% em 2019).

Entre 2011 e 2019, ocorreu, igualmente, uma transferência de trabalhadores a tempo completo para a categoria de trabalhadores a tempo parcial. Em 2011, a representatividade dos trabalhadores a tempo parcial em relação ao total de trabalhadores por conta de outrem no conjunto do país era de 8,8%, passando, em 2019, para 9,7%. De acordo com o gabinete de estatística da União Europeia, entre 2008 e 2017, Portugal registou o segundo maior crescimento de contratos precários no espaço da zona Euro (mais 130 mil contratos instáveis, ou um aumento de 1,8%)<sup>33</sup>. De salientar ainda que, no primeiro trimestre de 2022, 70% dos postos de trabalho criados eram caracterizados por vínculos precários<sup>34</sup>.

TABELA 5 - TRABALHADORES E VÍNCULOS CONTRATUAIS

Indicador	2011		2017		2018		2019	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Trabalhadores por conta de outrem (Nº)	742 483 28,4%	2 610 933 100,0%	805 619 28,0%	2 872 873 100,0%	843 599 28,2%	2 988 076 100,0%	863 493 28,4%	3 043 825 100,0%
Tempo completo	677 332 91,2%	2 438 371 93,4%	725 083 90,0%	2 657 970 92,5%	762 363 90,4%	2 770 848 92,7%	780 162 90,3%	2 815 237 92,5%
Tempo parcial	65 151 8,8%	172 562 6,6%	80 536 10,0%	214 903 7,5%	81 236 9,6%	217 228 7,3%	83 331 9,7%	228 588 7,5%
Contrato permanente / sem termo	533 436 71,8%	1 914 825 73,3%	511 578 63,5%	1 865 047 64,9%	524 464 62,2%	1 899 508 63,6%	542 995 62,9%	1 947 834 64,0%
Contrato a termo / a prazo / para cedência temporária	205 168 27,6%	673 903 25,8%	289 619 35,9%	987 222 34,4%	314 675 37,3%	1 067 863 35,7%	315 930 36,6%	1 077 689 35,4%
Pessoas singulares em trabalho independente (Nº)	109 340 21,3%	512 780 100,0%	123 945 23,3%	531 594 100,0%	125 799 24,0%	524 133 100,0%	123 822 23,9%	518 067 100,0%

Fonte: PORDATA/GEE/Mec/GEP/MSESS, MTSSS, Quadros de pessoal; ISS, I.P. (anual).

Estes dados espelham a existência de uma “nova morfologia do trabalho” caracterizada pela precariedade laboral que afeta, com especial acutilância, os principais centros urbanos<sup>35</sup>. Lisboa concentra uma parte considerável destas relações laborais e contratuais “atípicas”. Dado que o trabalho continua a desempenhar um papel preponderante nos processos de integração social e na minimização da pobreza e da exclusão social, a difusão destes regimes laborais, contratuais e remuneratórios precários representa uma perigosa tendência ao potenciar o crescimento do número de

<sup>33</sup> Paulo Ribeiro Pinto, “Portugal é o segundo país onde o trabalho precário mais subiu”, *Dinheiro Vivo*, 27 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/dinheiro/portugal-e-o-segundo-pais-onde-o-trabalho-precario-mais-subiu-10495738.html>.

<sup>34</sup> INE, “Inquérito ao emprego”.

<sup>35</sup> Ricardo Antunes. (2013). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Lisboa: Almedina.

trabalhadores pobres que, segundo os últimos dados, já representam 1/3 do total das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social<sup>36</sup>.

Relativamente ao desemprego, em 2021, para o conjunto do território nacional, a taxa situava-se nos 6,6%, menos 0,4% que em 2020<sup>37</sup>. No mesmo ano, a população desempregada inscrita no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) fixava-se nos 327 128. No entanto, importa salientar que a recuperação da população empregada desde a crise financeira de 2008 tem sido suportada, em grande medida, pela proliferação de postos de trabalho precários, tal como observado nos parágrafos anteriores.

Apesar de, em 2011, o número de desempregados inscritos no IEFP no distrito de Lisboa se situar nos 108 744, este número apenas representava 18,9% do total de desempregados, enquanto em 2021, dos 327 128 desempregados inscritos no IEFP, 72 582 (22,2%), residiam no distrito de Lisboa. Estes números mostram-nos que o desemprego no distrito, em relação ao total nacional aumentou consideravelmente. Este fenómeno reflete não apenas a centralização dos investimentos públicos e privados na criação de postos de trabalho; mas igualmente a existência de um desemprego estrutural inerente aos processos de desenvolvimento económico contemporâneos e que são particularmente evidentes nas zonas urbanas.

TABELA 6 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO IEFP - 2011 A 2021

Indicador	Dezembro 2011		Dezembro 2019		Dezembro 2020		Dezembro 2021	
	Lisboa	Continente	Lisboa	Continente	Lisboa	Continente	Lisboa	Continente
Desempregados inscritos no IEFP (n.º)	108 744	576 383	52 495	288 176	81 192	375 150	72 582	327 128
	18,9%	100%	18,2%	100%	21,6%	100%	22,2%	100%

Fonte: IEFP (mensal).

Dos desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito de Lisboa, 40 394 (55,7%) são do sexo feminino e 32 188 (44,3%) do sexo masculino, dados semelhantes aos relativos ao conjunto do território nacional, facto que evidencia a maior vulnerabilidade das mulheres perante o emprego. Pela continuidade temporal desta discrepância trata-se, indubitavelmente, de um fenómeno estrutural que, apenas em

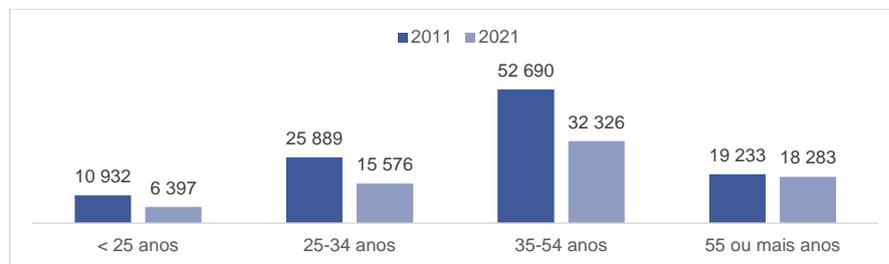
Comentado [AR1]: Frase confusa, talvez rever

<sup>36</sup> Em 2020, 11,2% da população empregada em Portugal era pobre (Raquel Albuquerque, "Desde 2007 que não havia tantos trabalhadores pobres", *Expresso*, 19 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2021-12-19-Desde-2007-que-nao-havia-tantos-trabalhadores-pobres-4a7f6a2c>). Observamos que a taxa de risco de pobreza atingia, em 2020, 18,4% de pessoas em Portugal (Fonte: INE, Taxa de risco de pobreza após transferências sociais) e que dentro da população adulta (18 aos 64 anos) em risco de pobreza, 47,5% estava inserida no mercado de trabalho (Eurostat, Distribution of population over 18 years by most frequent activity status, age group and sex - EU-SILC survey).

<sup>37</sup> INE, "Taxa de desemprego nacional de 2021".



GRÁFICO 6 - DESEMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA (Nº) - DISTRITO DE LISBOA 2011/2021



Fonte: IEFP (mensal).

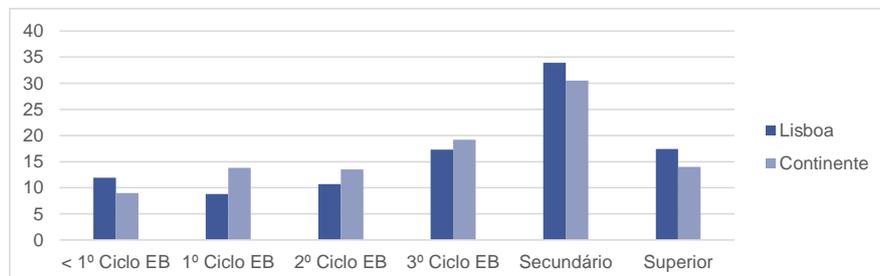
Ainda no que diz respeito ao fenómeno do desemprego no distrito de Lisboa, é importante salientar que este atinge, com particular acutilância, os indivíduos com o ensino secundário e superior (33,9% e 17,4% respetivamente). Este facto está intimamente ligado à posição “semiperiférica” que Portugal ocupa no sistema económico contemporâneo e à incapacidade estrutural do país em criar postos de trabalho que exijam qualificação superior<sup>40</sup>. Ocorre precisamente o inverso, ou seja, o investimento público e privado realizado em Portugal tende a debruçar-se, com especial intensidade, sobre sectores económicos que exigem baixas qualificações e que possuem, por consequência, um baixo retorno produtivo e remuneratório<sup>41</sup>. Tal significa que existe um processo de encaminhamento precoce dos indivíduos detentores de baixa escolaridade para ocupações no setor dos serviços e/ou técnico-profissionais que, embora mal remuneradas e destituídas de enquadramentos legais satisfatórios, constituem ainda uma componente fundamental do tecido económico nacional. Desta forma, ainda conseguem ser absorvidos pelo frágil mercado de trabalho português. Por outro lado, os indivíduos detentores de diplomas do ensino secundário ou superior encontram dificuldades acrescidas em inserir-se no mercado de trabalho. Estes dados apontam, igualmente, para o desajuste entre as expetativas dos indivíduos, fortemente moldadas pela sua trajetória escolar e pelas promessas de mobilidade social que a escola inculca nos seus alunos (particularmente, aqueles que são detentores de diplomas do ensino superior), e as oportunidades realmente existentes no mercado de trabalho<sup>42</sup>. O fenómeno da emigração junto da geração mais jovem e qualificada de sempre é, indubitavelmente, fruto destas expetativas frustradas.

<sup>40</sup> Boaventura de Sousa Santos. (1985). “Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”. *Análise Social*, vol. XXI, nº 87-88-89, pág. 869-901; José Reis. (2018). *A Economia portuguesa: formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*. Coimbra: Almedina.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. (1992). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

GRÁFICO 7 - DESEMPREGADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (%) 2021



Fonte: IEFP (mensal).

## Concelho

Na cidade de Lisboa existiam, em 2019, 111 304 empresas não financeiras, com um peso de 9% em relação ao conjunto do território nacional<sup>43</sup>. Estas empresas empregavam 621 126 trabalhadores e representavam um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 22 261 000€, 24% do total nacional<sup>44</sup>. Destes trabalhadores, 37% estavam empregados em atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e atividades administrativas e dos serviços de apoio e 36% no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, transportes e armazenagem e alojamento, restauração e similares<sup>45</sup>. Apenas 8% dos trabalhadores desempenhavam funções nos setores primário e secundário<sup>46</sup>.

A cidade de Lisboa não se distancia da tendência assinalada para o distrito no que diz respeito ao trabalho precário. Aliás, um dos traços característicos das histórias de vida recolhidas diz respeito à frágil inserção dos nossos interlocutores no mercado de trabalho, a sua crónica precariedade laboral, a sua constante transição entre empresas ou postos de trabalho e os seus baixos salários e qualificações.

Entrevista #6. Já trabalhei em muita coisa, numa fábrica de vidro, como engraxador, em restaurantes, como electricista... o meu último trabalho foi o de jardineiro. Estive 3 anos na jardinagem e depois dos 3 anos não existe possibilidade de renovação e somos mandados embora.

<sup>43</sup> Câmara Municipal de Lisboa, "Lisboa em números 2020". Disponível em: [https://www.lisboa.pt/fileadmin/atuabilidade/publicacoes\\_periodicas/economia/economia\\_lisboa\\_em\\_numeros\\_2020.pdf](https://www.lisboa.pt/fileadmin/atuabilidade/publicacoes_periodicas/economia/economia_lisboa_em_numeros_2020.pdf).

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

Entrevista #5. Eu andei sempre a saltar. Nunca parei muito tempo em lado nenhum, porque eu não me sentia bem. Não me sentia bem nas relações com as outras pessoas, mas também comigo próprio. Foi muito complicado.

Entrevista #1. Fiz o curso de técnica de lavandaria industrial já há uns anos e saí com boas notas, mas não consegui trabalho nesse ramo até hoje. Uma pessoa trabalha e tira um tostão igual a um bocadinho... gasta-se tudo. É 24 sobre 24 horas, isso é autêntica exploração. [...] Não tenho subsídio de desemprego porque estava a recibo-verde e por isso não tenho direito. Por isso é que eu digo que nunca mais trabalho a recibo-verde. Nunca mais. As empresas têm que pensar dar trabalhos às pessoas e pagar condignamente. E respeitar os trabalhadores, porque quem te dá o dinheiro é a tua empregada. Para tu chegares onde estás, é a tua empregada, ela merece respeito, sim. E ser bem tratada.

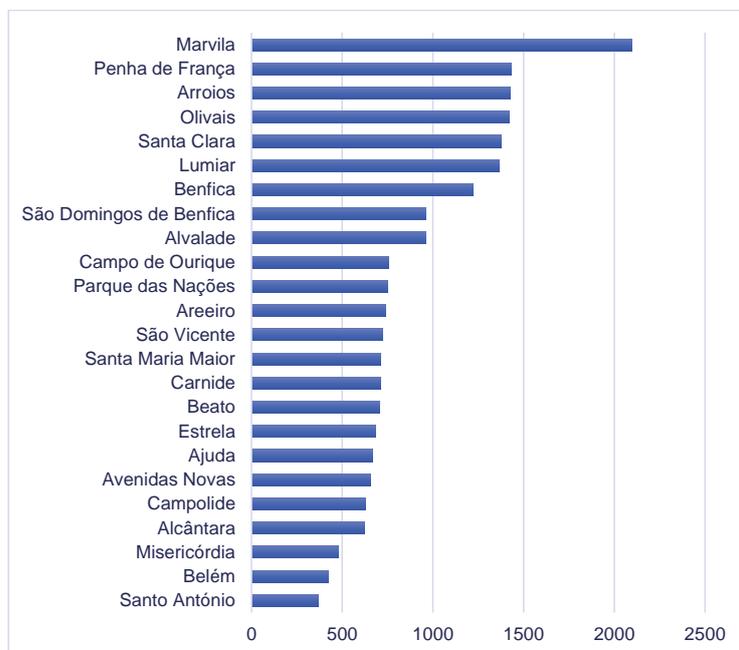
Entrevista #4. Depois comecei a dar aulas de história, era professor de história na Guiné. Além de história eu dava política. Quando cheguei fui para as obras, trabalhei no Colombo e depois passei para a ponte Vasco da Gama. Não era efetivo, na construção não há nada disso.

Em relação ao desemprego, observamos, mais uma vez, que esta população tende a concentrar-se em territórios mais empobrecidos. Marvila destaca-se das restantes freguesias da cidade com um número mais elevado de desemprego que as restantes (2 098). Apesar disso, também se verifica um número elevado de desempregados em freguesias como Penha de França (1 430), Arroios (1 427), Olivais (1 422) e Santa Clara (1 377)<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Censos 2021, "População desempregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Fonte de rendimento; Decenal".

GRÁFICO 8 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2021), SEXO, GRUPO ETÁRIO E FONTE DE RENDIMENTO; DECENAL



Fonte: Censos 2021, "População desempregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Fonte de rendimento; Decenal".

Até agora, observámos três tendências que importa assinalar: em primeiro lugar, uma assimetria social e económica persistente entre os concelhos da AML, mais urbanos, e os concelhos do Oeste e do Alentejo, de cariz mais rural; em segundo lugar, uma disparidade significativa entre a cidade de Lisboa e as suas periferias, que, à exceção de Oeiras e Cascais, se constituem como refúgio de camadas populacionais mais empobrecidas; e, por último, uma transversal desigualdade entre as freguesias da cidade de Lisboa, onde Marvila e Santa Clara surgem, sistematicamente, associadas ao subdesenvolvimento, à pobreza e à exclusão social, constituindo-se como territórios marginalizados na capital do país. Estas assimetrias territoriais prejudicam, naturalmente, a coesão, a integração e o desenvolvimento territorial do distrito e da cidade de Lisboa, mas também revelam como as bolsas de pobreza e da exclusão social aí existentes são estruturalmente enraizadas num padrão geográfico que revela a periferização de vastas camadas populacionais. Como veremos adiante, estas tendências aprofundam-se e reforçam-se em todos os indicadores analisados.

## Rendimento e Poder de Compra

### Distrito

As assimetrias regionais que caracterizam o território português como um todo exprimem-se, no distrito de Lisboa, de forma particularmente flagrante, dado que aí se concentram, simultaneamente, os maiores índices de riqueza e pobreza do país<sup>48</sup>.

Neste sentido, importa assinalar que, em 2019, o ganho médio mensal em Portugal fixava-se nos 1 206,30€. No distrito de Lisboa, o ganho médio mensal nos concelhos de Lisboa e Oeiras situavam-se nos 1 579,20€ e 1 748,30€, respetivamente, superando largamente os valores médios nacionais. No entanto, os valores relativos ao concelho da Lourinhã atingiam apenas 964,90€. Para além de se observar uma enorme disparidade entre estes valores e aqueles relativos à média nacional, importa salientar a diferença de 783,30€ entre os ganhos médios mensais nos concelhos de Oeiras e da Lourinhã. A assimetria regional é, portanto, drástica e compromete a coesão territorial e o desenvolvimento social e económico do distrito e do país.

TABELA 7 - RENDIMENTO E PODER DE COMPRA

2011			2018			2019		
Lisboa	Portugal		Lisboa	Portugal		Lisboa	Portugal	
815,30 €	1 721,20 €	---	904,20 €	1 791,50 €	1 166,90 €	964,90 €	1 748,20 €	1 206,30 €
Lourinhã	Oeiras		Lourinhã	Oeiras		Lourinhã	Oeiras	

Fonte: INE/MTSSS/GEP, Quadros de pessoal (anual).

De assinalar que, num período temporal de 10 anos e de gradual, mas progressivo crescimento económico, estes valores e clivagens pouco se alteraram. Estes dados revelam a fraca progressão remuneratória no distrito de Lisboa, mas também uma perda continuada dos rendimentos provenientes do trabalho em relação a outras fontes de rendimentos (capital, renda, etc.), facto que se traduz num acentuar das desigualdades sociais. Em 2011, o concelho de Oeiras apresentava ganhos médios mensais na ordem dos 1 721,20€ e, em 2021, 1 748,20€, uma diferença de 27€ no período de uma década e num contexto de crescimento económico. Embora ainda se situe abaixo dos ganhos médios mensais nacionais, os valores relativos ao concelho da

<sup>48</sup> Ricardo Paes Mamede, "Não é Lisboa que é privilegiada, são alguns dos que ali moram", *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/ricardo-paes-mamede/nao-e-lisboa-que-e-privilegiada-sao-alguns-dos-que-ali-moram-11552449.html>.

Lourinhã registaram um progresso significativo (de 815,30€ para 964,90€, uma diferença de 149,6€).

Nesta distribuição dos ganhos médios mensais no distrito de Lisboa observa-se, igualmente, a preponderância da qualificação como alavanca para a ascensão social. Em 2019, os indivíduos detentores de diplomas do 3º ciclo e do ensino secundário poderiam esperar auferir mais de 1 000€ mensais no concelho de Oeiras e com o bacharelato, mestrado ou doutoramento chegar mesmo a ultrapassar os 2 000€ mensais. No entanto, a discrepância territorial no distrito de Lisboa volta a evidenciar-se quando observamos que, nos concelhos do Oeste, nenhum grau de qualificação promete níveis remuneratórios equivalentes. Apenas a obtenção de um diploma do ensino superior permite ultrapassar o valor dos 1 000€ mensais. Estas assimetrias regionais polarizam-se de forma ainda mais significativa no que se reporta ao grau de doutoramento. No concelho de Lisboa, um doutorado poderá esperar um ganho mensal de 2 875,30€ e na Arruda dos Vinhos 1 011,38€, uma diferença de 1 863,92€. De salientar que, para este mesmo indicador, o ganho médio mensal nacional situa-se nos 2 571,30€, ou seja, o concelho de Lisboa supera, mais uma vez, os valores para o conjunto do território nacional, mas nos concelhos mais empobrecidos do distrito, a média de ganhos mensais fica bastante aquém dos valores de referência nacionais.

TABELA 8 - GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Ganho médio mensal (€) por nível de escolaridade dos trabalhadores. Varia entre um mínimo e um máximo de:	2018			2019		
	Lisboa		Portugal	Lisboa		Portugal
inferior ao 1º Ciclo EB	658,77 € Arruda dos Vinhos	898,04 € Vila Franca de Xira	771,76 €	728,68 € Amadora	1 022,59 € Cadaval	793,60 €
1º Ciclo EB	785,36 € Amadora	959,31 € Vila Franca de Xira	845,25 €	797,46 € Amadora	953,02 € Lourinhã	873,73 €
2º Ciclo EB	842,08 € Amadora	1 023,08 € Vila Franca de Xira	882,68 €	853,23 € Amadora	1 022,34 € Lourinhã	915,21 €
3º Ciclo EB	841,43 € Lourinhã	1 052,30 € Oeiras	920,31 €	862,70 € Sobral de Monte Agraço	1 069,88 € Lisboa	950,09 €
Ensino Secundário	833,55 € Azambuja	1 538,06 € Oeiras	1 095,65 €	859,09 € Azambuja	1 459,95 € Oeiras	1 115,60 €
Bacharelato	1 035,93 € Sobral de Monte Agraço	2 423,67 € Oeiras	1 841,78 €	944,58 € Sobral de Monte Agraço	2 397,30 € Oeiras	1 859,74 €
Licenciatura	1 187,19 € Lourinhã	2 462,05 € Oeiras	1 850,09 €	1 189,41 € Lourinhã	2 380,54 € Oeiras	1 876,95 €
Mestrado	1 208,32 € Odivelas	2 310,00 € Oeiras	1 825,57 €	1 295,98 € Odivelas	2 292,46 € Oeiras	1 905,61 €
Doutoramento	897,21 € Arruda dos Vinhos	3 008,27 € Lisboa	2 605,37 €	1 011,38 € Arruda dos Vinhos	2 875,30 € Lisboa	2 571,33 €

Fonte: INE/MTSSS/GEP, Quadros de pessoal (anual).

É também evidente que estas assimetrias regionais apontam para a extrema heterogeneidade do território, que engloba zonas altamente urbanizadas e onde predomina o sector terciário e zonas predominantemente rurais, onde se praticam regimes laborais caracterizados pela reduzida produtividade e pelos baixos índices salariais.

Na tabela 9, é também inequívoca a disparidade dos ganhos médios mensais entre sexos. Se, em 2019, no concelho da Azambuja, a disparidade entre sexos era relativamente modesta (1,8%) comparando com os valores nacionais (9,2%), no concelho de Lisboa esta mesma assimetria superava a média nacional (11,3%). É verdade, no entanto, que esta discrepância tem diminuído de forma sustentada desde 2011, quando o concelho da Amadora apresentava uma diferença de ganhos médios mensais entre sexos de 16,7%. Observamos, mais uma vez, como são os concelhos mais económica e socialmente favorecidos que apresentam os maiores índices de desigualdade.

TABELA 9 - GANHOS MÉDIOS MENSAIS POR SEXO - 2011 A 2019

Indicador	2011			2018			2019		
	Lisboa		Portugal	Lisboa		Portugal	Lisboa		Portugal
Disparidade (%) no ganho médio mensal entre homens e mulheres. Varia entre um mínimo e um máximo de:	4,8%	16,7%	---	2,9%	12,4%	9,6%	1,8%	11,3%	9,2%
	Mafra	Amadora		Cascais	Oeiras		Azambuja	Lisboa	
Remuneração média mensal de base (€). Varia entre um mínimo e um máximo de:	694,80 €	1 436,70 €	905,10 €	767,00 €	1 478,10 €	967,00 €	784,70 €	1 480,40 €	1 001,50 €
	Sobral de Monte Agraço	Oeiras		Cadaval	Oeiras		Cadaval	Oeiras	
Homens	721,00 €	1 588,60 €	984,20 €	810,20 €	1 627,50 €	1 034,80 €	829,60 €	1 620,70 €	1 069,30 €
	Sobral de Monte Agraço	Oeiras		Cadaval	Oeiras		Cadaval	Oeiras	
Mulheres	622,60 €	1 226,70 €	807,50 €	700,90 €	1 303,50 €	886,10 €	731,70 €	1 321,80 €	920,10 €
	Lourinhã	Oeiras		Lourinhã	Oeiras		Lourinhã	Oeiras	

Fonte: INE/MTSSS/GEP, Quadros de pessoal (anual); PORDATA/GEE/MEc/GEP/MSESS, MTSSS (anual).

No que diz respeito ao indicador relativo à remuneração média anual do trabalho dependente declarado pelas entidades empregadoras à Segurança Social, o distrito de Lisboa superava em 19,3 pontos percentuais a média nacional (16 147,14€ contra 13 536,53€). Apesar desta assimetria, estes valores têm vindo a regredir: em 2011, a diferença entre o distrito de Lisboa e os valores para o conjunto do território nacional era de 26,6 pontos percentuais. Se atentarmos ao indicador relativo ao poder de compra, observamos que as discrepâncias regionais continuam a comprometer a coesão e o desenvolvimento social e económico do distrito de Lisboa e do conjunto do país.

Se o índice de referência para o total nacional é 100, em 2020, o distrito de Lisboa apresentava valores na ordem dos 205,62, mais do dobro do poder de compra referente ao conjunto do território nacional. Por outro lado, o concelho do distrito de Lisboa com menor poder de compra (Cadaval) apresentava, para o mesmo indicador, valores na ordem dos 72,36, muito abaixo do valor de referência nacional. Estes dados, ao incidirem sobre valores médios (distritais ou nacionais), também escamoteiam as desigualdades no interior de cada concelho e através das diversas categorias de raça/etnia, género e classe. Mas outros dados são elucidativos no sentido de advertir para a necessidade de observar estes valores com cautela: embora o salário médio nacional em 2021 se tenha situado nos 1 361€, 24,6% dos trabalhadores recebiam o salário mínimo nacional (665€), ou seja, quase um quarto dos trabalhadores recebiam menos de metade do salário médio praticado em Portugal<sup>49</sup>.

<sup>49</sup> Lusa, "Um quarto dos trabalhadores ganha salário mínimo e são sobretudo mulheres, jovens e precários", *Jornal de Negócios*, 27 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/um-quarto-dos-trabalhadores-ganha-salario-minimo-e-sao-sobretudo-mulheres-jovens-e-precarios>.

TABELA 10 - MÉDIA DAS REMUNERAÇÕES DO TRABALHO DEPENDENTE & PODER DE COMPRA PER CAPITA - 2011 A 2021

Indicador	2011		2020		2021	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Média das remunerações do trabalho dependente declarado pelas entidades empregadoras à Segurança Social (valor anual por trabalhador)*	14 179,27 €	11 198,40 €	15 565,65 €	12 958,75 €	16 147,14 €	13 536,53 €
	126,6%	100%	120,1%	100%	119,3%	100%
Poder de compra per capita. Varia entre um mínimo e um máximo de:	71,08 Cadaval	216,88 Lisboa	100	70,83 Cadaval	219,63 Lisboa	100
					72,36 Cadaval	205,62 Lisboa
						100

Fonte: ONLCP/ISS, I.P.

## Habitação

O mercado da habitação no distrito e, particularmente, na cidade de Lisboa é, atualmente, um dos principais desafios colocados aos cidadãos, à sociedade civil e à administração pública do território. Tratando-se de uma dimensão fundamental para a construção de uma vida digna e para o sucesso dos programas de combate à pobreza e exclusão social, é inevitável que o tema da habitação ocupe um papel central no âmbito das políticas sociais. Com efeito, tal como teremos oportunidade de observar pelos dados apresentados nesta secção, este não tem sido o caminho seguido pelo poder público (central e/ou autárquico).

É junto das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo que a ausência de habitação se torna um fenómeno particularmente danoso, dado que representam um grupo em situação de extrema vulnerabilidade social. A AML contabilizava, em 2022, 4 638 pessoas em situação de sem-abrigo, ou 43% do total nacional (10 773 pessoas)<sup>50</sup>. Só a cidade de Lisboa registava 3 138 pessoas nesta condição<sup>51</sup>.

Presumivelmente, a escassez, ou a ausência de respostas habitacionais no distrito e na cidade de Lisboa, não podem estar dissociadas desta concentração tão acentuada da população em situação de sem-abrigo na capital e concelhos limítrofes, embora seja também em Lisboa que se encontram a maior parte das respostas sociais.

No entanto, como veremos nos dados estatísticos apresentados ao longo desta secção, a crise da habitação no distrito e na cidade de Lisboa já não atinge apenas as

<sup>50</sup> Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. (2022). "Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – 31 de dezembro de 2022". Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA. Disponível em: <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Inqu%C3%A9rito+Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+Pessoas+em+Situ%C3%A7%C3%A3o+de+Sem-Abrigo+-+31+de+dezembro+2021+-+Quadros.pdf/c8859201-04e0-4051-be4c-66736e7d9136>.

<sup>51</sup> *Idem*.

peças em situação de maior vulnerabilidade, afetando, igualmente, a classe média. Os programas até agora implementados pecam pela parca oferta habitacional em relação ao número de candidaturas, pela sua esporádica periodicidade e pelos seus critérios limitadores.

### Distrito

Os dados apresentados nas tabelas 11 e 12 refletem as dificuldades no acesso à habitação no distrito de Lisboa. No período de uma década (entre 2011 e 2021), os alojamentos familiares aumentaram apenas 0,5%, passando de 1 183 771 para 1 189 142. Em Portugal, no mesmo período temporal, os alojamentos familiares clássicos aumentaram 1,8%. Este aumento, abaixo da percentagem nacional e estatisticamente pouco relevante, dada a dimensão e a densidade populacional do distrito, torna-se ainda mais onerosa quando observamos que a representatividade dos alojamentos familiares no distrito de Lisboa em relação ao total nacional diminuiu de 20,2% para 19,9%. De salientar, igualmente, que os alojamentos familiares clássicos vagos no distrito de Lisboa fixam-se nos 134 405, 11,3% em relação ao total de alojamentos familiares existentes no território. Numa região caracterizada pela extrema dificuldade no acesso à habitação, a existência de mais de 10% de alojamentos familiares clássicos não ocupados assume contornos particularmente gravosos.

TABELA 11 - ALOJAMENTOS FAMILIARES 2011/2021

Indicador	2011		2021	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Alojamentos familiares(n.º)	1 183 771 20,2%	5 866 152 100,0%	1 189 142 19,9%	5 974 697 100%
Clássico	1 182 453 99,9%	5 859 540 99,9%	1 188 662 100,0%	5 970 655 100%
Não Clássico	1 318 0,1%	6 612 0,1%	480 0,0%	4042 0%
Alojamentos familiares Clássicos(n.º)	1 182 453 20,2%	5 859 540 100,0%	1 188 662 19,9%	5 970 655 100%
Residência habitual	899 388 76,1%	3 991 112 68,1%	942 453 79,3%	4 143 043 69%
Residência secundária	130 079 11,0%	1 133 300 19,3%	111 804 9,4%	1 104 398 18%
Vago	152 986 12,9%	735 128 12,5%	134 405 11,3%	723 214 12%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021.

De mencionar que existiram progressos relevantes no que diz respeito à diminuição dos alojamentos familiares não clássicos, isto é, dos alojamentos caracterizados pela precariedade da construção. Em 2011, Lisboa possuía 1 318 alojamentos deste tipo e, em 2021, apenas 480, uma taxa de variação de - 174,6%.

As dificuldades no acesso à habitação no distrito de Lisboa encontram-se também espelhadas nas percentagens relativas à propriedade dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual. Em 2021, no conjunto do país, 2 900 391 alojamentos familiares clássicos de residência habitual (ou 70% do total de alojamentos deste tipo existentes em Portugal) eram propriedade do residente. Em Lisboa, por sua vez, apenas 590 351 alojamentos (ou 62,6%) constituíam propriedade do residente. No mesmo sentido se observa que, em Lisboa, o número de alojamentos cujo residente é arrendatário é superior ao conjunto do território nacional (30,1% e 22% respetivamente).

TABELA 12 – ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL 2011/2021

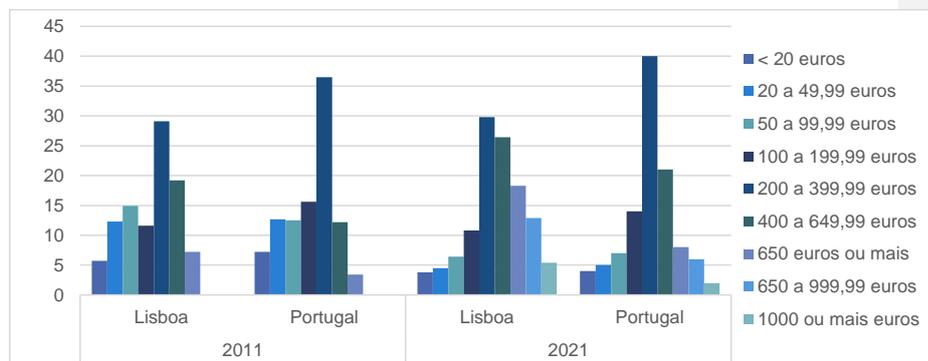
Indicador	2011		2021	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Alojamentos familiares Clássicos de Residência habitual (n.º)	899 388 22,5%	3 991 112 100,0%	942 453 22,7%	4143043 100%
É proprietário ou coproprietário	591 414 65,8%	2 923 271 73,2%	590 351 62,6%	2900391 70%
É arrendatário ou subarrendatário	253 532 28,2%	794 465 19,9%	283 754 30,1%	922921 22%
Outras situações (regime de ocupação)	54 442 6,1%	273 376 6,8%	68 348 7,3%	319731 8%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021.

Constatamos também a tendência especulativa e inflacionada dos valores mensais de renda dos alojamentos familiares clássicos no distrito de Lisboa. Como consta no gráfico 9, em 2021, a grande maioria dos alojamentos arrendados a nível nacional (40,4%) situava-se na escala 200€-399,99€. Em Lisboa, por outro lado, a representatividade desta escala de valor nos alojamentos arrendados diminui para 18,7%. O distrito de Lisboa supera, em larga medida, as taxas nacionais no que diz respeito à representatividade dos valores de renda mais elevados no conjunto dos alojamentos arrendados: nos escalões entre 650€-999,99€ e 1 000€ ou mais, Lisboa contabilizava 28,9% alojamentos. Para as mesmas categorias, o conjunto do país não ultrapassava os 8,5% de alojamentos. Particularmente reveladora dos processos de gentrificação e especulação imobiliária que atingem o distrito de Lisboa é a evolução da representatividade destas duas escalas de valor no conjunto dos alojamentos

arrendados no território: em 2011, para estas duas últimas categorias de valor (400€-649,99€ e 650€ ou mais), existiam 26,4% de alojamentos, uma diferença de 18,3 pontos percentuais num período de 10 anos. Em relação ao indicador valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados, observamos que Portugal apresentava, em 2021, um valor de 334,18€ e o distrito de Lisboa 470,87€, uma diferença de 136,69€.

GRÁFICO 9 - ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL POR ESCALÃO DO VALOR MENSAL DA RENDA (%) 2011/2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021.

Em relação ao valor mediano das rendas por metro quadrado de alojamentos familiares, Lisboa apresentava, em 2019, mais do dobro do valor relativo ao conjunto do território nacional (11,46€ para 5,61€). O mesmo se poderá referir relativamente ao valor mediano das vendas por metro quadrado (3 377€ para 1 188€).

Importa ainda mencionar as diferenças existente a nível concelhio: no concelho de Lisboa, o valor mediano das rendas por metro quadrado era, em 2020, de 5,61€ e no concelho do Cadaval de 3,38€. É de registar, por último, a evolução, entre 2017 e 2020, dos preços da habitação em Lisboa. Se, em Portugal, neste mesmo período, o valor mediano das rendas e das vendas por metro quadrado subiu 1,22€ e 256€ respetivamente, em Lisboa cresceu 1,84€ e 939€.

TABELA 13 – VALOR MEDIANO DAS RENDAS/VENDAS 2017/2019/2020

Indicador	2017			2019			2020		
	Lisboa		Portugal	Lisboa		Portugal	Lisboa		Portugal
Valor mediano das rendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares (€). Varia entre um mínimo e um máximo de:	2,92	9,62	4,39	2,64	11,96	5,32	3,38	11,46	5,61
	Cadaval	Lisboa		Cadaval	Lisboa		Cadaval	Lisboa	
Valor mediano das vendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares (€). Varia entre um mínimo e um máximo de:	535	2 438	932	583	3 247	1081	609	3 377	1 188
	Cadaval	Lisboa		Cadaval	Lisboa		Cadaval	Lisboa	

Fonte: INE, Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local (anual)

Em 2015, estavam concentrados, no distrito de Lisboa, 35,6% do total de fogos de habitação social em Portugal, mesmo que apenas 2% do total da oferta da habitação em Portugal seja do parque público, números bastante reduzidos para constituir uma séria alternativa à oferta privada.

## Concelho

Aprofundando a análise à cidade de Lisboa, observamos que a problemática da habitação se torna ainda mais flagrante. O preço do metro quadrado para venda na cidade de Lisboa, com referência a junho de 2022, situava-se nos 3 832€, quando em Portugal não ultrapassava os 2 381€, uma diferença de 1 451€<sup>52</sup>.

Desta forma, não surpreende que a população residente na cidade de Lisboa tenha diminuído consistentemente ao longo dos últimos anos, dadas as tendências estruturais descritas acima que têm empurrado as classes baixas e médias para as periferias e para os concelhos limítrofes do distrito. Em 3 anos, os preços das casas empurraram 76 000 pessoas para fora de Lisboa e Porto, 56 000 apenas em Lisboa<sup>53</sup>. Caso não fosse contrariada pela chegada de novos residentes (com outro perfil, estrangeiros e com maior poder de compra), Lisboa teria perdido 10% da sua população residente<sup>54</sup>. Esta situação, para além dos efeitos de periferização da população residente na cidade, transforma a residência na capital um privilégio a que poucos têm acesso.

A diminuição da população residente na cidade de Lisboa entre 2011 e 2021 é uma evidência incontornável: de 537 412 indivíduos, em 2011, transitou para 509 515,

<sup>52</sup> Idealista, "Evolução do preço das casas à venda, Lisboa". Disponível em: <https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/venda/lisboa/>.

<sup>53</sup> Joana Pereira Bastos, Raquel Albuquerque e Jaime Figueiredo, "Gentrificação, bomba-relógio, insustentável: preços das casas empurram 76 mil pessoas para fora de Lisboa e Porto em três anos". *Expresso*, 1 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2022-12-01-Gentrificacao-bomba-relogio-insustentavel-precos-das-casas-empurram-76-mil-pessoas-para-fora-de-Lisboa-e-Porto-em-tres-anos-6f96727d>.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

em 2019, uma diminuição de 27 897 indivíduos, ou de 5,2 pontos percentuais<sup>55</sup>. Ao nível das freguesias da cidade de Lisboa e de acordo com o indicador da taxa de variação da população residente entre 2011 e 2021, destacam-se pela negativa, a Misericórdia (-25,96), Santa Maria Maior (-21,61) e São Vicente (-9,02)<sup>56</sup>. Números que não são compensados pelas freguesias onde o saldo é positivo: Avenidas Novas (7,57), Parque das Nações (6,45) e Arroios (5,21)<sup>57</sup>. É evidente, pelos dados apresentados, que é nas freguesias onde o valor das rendas é mais elevado que a população residente cresceu (embora representando um crescimento modesto). Por outro lado, as freguesias mais empobrecidas da cidade de Lisboa registam também saldos negativos, efeito da gentrificação e inflacionamento de rendas de algumas zonas/bairros dos respetivos territórios: Ajuda (-8,39), Carnide (-6,19), Marvila (-6,12) e Beato (-4,35)<sup>58</sup>.

---

<sup>55</sup> Idealista, "Evolução do preço das casas à venda, Lisboa". Disponível em: <https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/venda/lisboa/>.

<sup>56</sup> INE, Censos 2021, "Taxa de variação da população residente (2011- 2021) (%) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Decenal".

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

TABELA 14 – TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011- 2021) (%)

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Taxa de variação da população residente (2011- 2021) (%)
Ajuda	-8,39
Alcântara	-0,67
Alvalade	4,7
Areiro	5,11
Arroios	5,21
Avenidas Novas	7,57
Beato	-4,35
Belém	0,11
Benfica	-4,39
Campo de Ourique	0,09
Campolide	-4,35
Carnide	-6,19
Estrela	0,69
Lumiar	1,6
Marvila	-6,12
Misericórdia	-25,96
Olivais	-4,76
Parque das Nações	6,45
Penha de França	1,82
Santa Clara	5,18
Santa Maria Maior	-21,61
Santo António	-6,56
São Domingos de Benfica	3,13
São Vicente	-9,02

Fonte: INE, Censos 2021, Taxa de variação da população residente (2011-2021) (%) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Decenal.

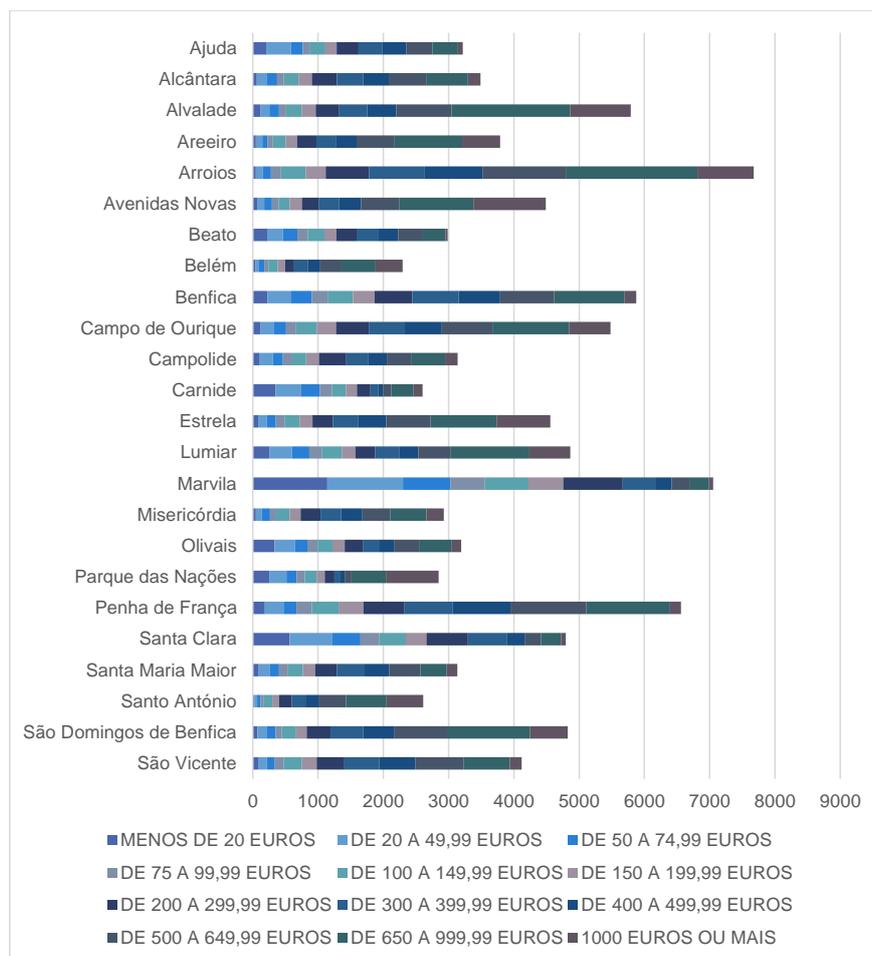
As assimetrias observadas anteriormente, entre as freguesias mais e menos afluentes na cidade de Lisboa, repetem-se no que diz respeito ao valor médio das rendas. As Avenidas Novas (669,41€), Santo António (644,52€) e Alvalade (627,21€) apresentavam os valores mais elevados, em oposição às freguesias de Carnide (289,33€), Santa Clara (242,04€) e Marvila (186,59€), números que apontam para a existência de evidentes bolsas de pobreza com um padrão geográfico muito particular<sup>59</sup>. Sintomáticos são também os dados relativos às freguesias de Marvila, onde 91% das rendas são inferiores a 500€ e apenas 1% superiores a 1000€, e Santa Clara, onde 87% das rendas não atingem os 500€ e somente 1,6% ultrapassam os 1000€<sup>60</sup>. Em sentido

<sup>59</sup> INE, Censos 2021, "Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€) por Localização geográfica (à data dos Censos 2021); Decenal".

<sup>60</sup> INE, Censos 2021, "Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2021), Escalão de área útil, Grupo socioeconómico do titular do alojamento e Escalão do valor mensal da renda; Decenal".

inverso, encontram-se as freguesias das Avenidas Novas (com a proporção de 37% e 25%, respetivamente) e de Santo António (39% e 21,5%, respetivamente)<sup>61</sup>. O Parque das Nações é, apesar de tudo, a freguesia mais cara do país com 28,3% dos alojamentos a ultrapassarem os 1000€ mensais<sup>62</sup>.

GRÁFICO 10 - ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL (N.º) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (À DATA DOS CENSOS 2021) E ESCALÃO DO VALOR MENSAL DA RENDA



Fonte: INE, Censos 2021, Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2021), Escalão de área útil, Grupo socioeconómico do titular do alojamento e Escalão do valor mensal da renda; Decenal.

<sup>61</sup> *Ibidem.*  
<sup>62</sup> *Ibidem.*

Os dados apresentados neste capítulo ilustram a extrema dificuldade no acesso à habitação na cidade de Lisboa. Se, por um lado, a habitação é um direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa, por outro, esta tem sido uma das problemáticas simultaneamente mais evidentes e mais negligenciáveis em Portugal<sup>63</sup>. A turistificação, a gentrificação, a especulação imobiliária e a consequente subida dos preços médios da habitação na região de Lisboa, acompanhada pelo desfasamento entre os salários praticados no país e os valores das rendas, têm provocado graves consequências sociais no distrito e na cidade de Lisboa, aumentando a desigualdade, a pobreza, a exclusão social e a periferização de vastas camadas populacionais, em prejuízo da coesão e do desenvolvimento territorial, como constou em grande parte das entrevistas realizadas e experiências dos nossos interlocutores. Nos seus testemunhos constatamos, igualmente, a extrema importância da habitação para o sentimento de pertença, para a auto-estima e para a construção de uma vida digna, independente e estável.

Entrevista #6. Há praticamente 18 anos que estou à espera que me deem uma casa da Gebalis. Neste momento, tenho a minha irmã que me está a acolher, mas é assim... ela de um momento para o outro pode meter-me na rua. O meu cunhado já me meteu fora de casa, tive que ir morar para a Graça, lá para a AMI (Assistência Média Internacional). Estive lá 3 anos. O que mais dificulta a minha vida é a questão da casa, porque eu queria uma casa para mim, poder estar sozinho, estar à vontade, ter as minhas coisas.

Entrevista #5. Eu vim do bairro da Sacor na Bobadela para aqui. O bairro da Sacor era um bairro privado e agora vim para um bairro social. Eu não mudei de concelho, eu mudei de país. A cultura é completamente diferente. O governo está a fazer o seguinte: estamos a ter mais crianças, certo, mas sem qualidade porque são criadas no bairro social, os valores que lhes são inculcados são o chamon, é não ir à escola, é quanto mais agressivos melhor. Positivo ali só o preço das rendas. Tenho uma casa atribuída que era da minha mãe.

Entrevista #4. Na altura das barracas quem ali vivia eram guineenses, cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos e poucos são-tomenses... era uma mistura que havia ali. No entanto, hoje em dia, como as barracas já acabaram e há facilidade de transporte para chegar a Lisboa, tem havido muita procura de casa. Ali, conseguir casas é muito difícil.

Entrevista #2. Depois de 5 meses no CPR (Conselho Português para os Refugiados), as técnicas disseram-me que não havia casas. Consegui arranjar um quarto por 250€. Na mesma altura em que os 18 meses de apoio do CPR acabaram, o dono da casa pediu-nos que saíssemos de lá, eu fiquei sem nada e disse às técnicas que não queria ficar na rua.

<sup>63</sup> Artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>; Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, VII revisão constitucional. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

Uma senhora alugou-me um quarto por 210€ e como eu recebi o primeiro pagamento do RSI (Rendimento Social de Inserção) com retroativos, consegui fazer o pagamento do primeiro mês. Depois mudei-me para Marvila, onde estou agora. Vivem naquela casa 5 pessoas em 3 quartos. É uma casa muito antiga e estou a viver lá porque não tenho outra possibilidade. Pago 300€ de renda e não tenho contrato.

## Educação

O sistema educativo, tal como a inserção no mercado de trabalho, permanece central para o sucesso dos processos de inclusão social. No entanto, este é marcado por profundas assimetrias sociais. As dificuldades de acesso ao ensino e o (in)sucesso da trajetória escolar estão, portanto, intimamente relacionados com os fenómenos da pobreza e da exclusão social<sup>64</sup>. Como um ciclo vicioso, a pobreza e a exclusão social limitam o acesso à educação e às possibilidades de sucesso escolar, mas são também as dificuldades de acesso à escola e o insucesso escolar que reproduzem os fenómenos da pobreza e da exclusão social. Neste sentido, o analfabetismo, as dificuldades de acesso ao sistema educativo e o insucesso escolar continuam a limitar as oportunidades de mobilidade social, refletindo-se numa frágil inserção no mercado de trabalho e numa maior vulnerabilidade aos fenómenos da pobreza e da exclusão social<sup>65</sup>.

O testemunho de um dos nossos interlocutores é elucidativo:

Entrevista #6. Não tenho habilitações literárias, eu fui à escola, mas fugia. Eu praticamente sei ler, mas não sei escrever. Só fui até à 2ª classe. Eu hoje estou arrependido por não ter ido à escola. Se calhar hoje não andava a vender a revista da CAIS. Tive muitos sonhos, mas nunca se concretizaram porque não tinha a escola. Estou arrependido do que fiz, meti-me nas drogas, meti-me nas bebidas. São coisas que eu hoje paro, penso e digo, porque é que eu fui fazer aquilo? Hoje se calhar podia estar melhor. Porque é que eu não estudei? Porque é que eu não aproveitei a oportunidade que tive quando fui trabalhar para a Câmara? De vez em quando penso e arrependo-me muito.

A responsabilização individual de problemas sociais é característica das narrativas construídas acerca do insucesso escolar conducente a situações de pobreza e exclusão social. No entanto, o mesmo interlocutor mencionou, mais à frente na entrevista, que os seus pais “já eram pobres”.

---

<sup>64</sup> Carmen Cavaco. (2018). “Analfabetismo em Portugal: os dados estatísticos, as políticas públicas e os analfabetos”. *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, vol. 1, nº 2, pág. 17-31.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

## Distrito

Apesar dos progressos registados desde a revolução de 1974, a taxa de analfabetismo nacional em 2011 ainda atingia 5,2% da população. A disparidade entre homens e mulheres era também evidente: 3,5% dos homens e 6,8% das mulheres em Portugal eram analfabetos.

No distrito de Lisboa, mais uma vez, observamos uma discrepância territorial assinalável, mas, no caso do analfabetismo, ela é marcada pela heterogeneidade regional, particularmente, pela divisão entre campo e cidade. Em 2011, Mafra era o concelho com menor taxa de analfabetismo (2,2%), enquanto a Azambuja (9,2%) apresentava quase o dobro da taxa de analfabetismo nacional. No concelho da Azambuja, a taxa de analfabetismo atingia as mulheres com particular ênfase (12,4%).

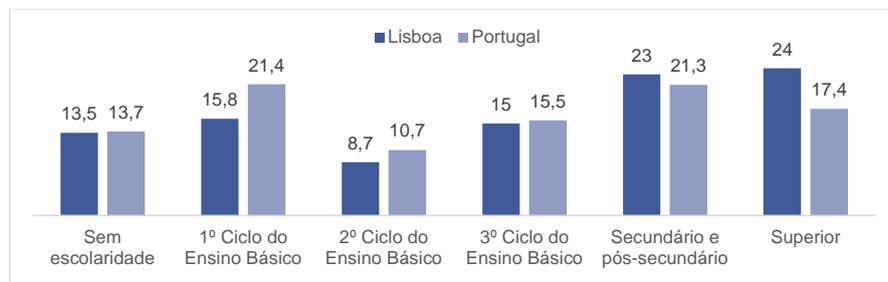
TABELA 15 – TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO (2011)

Indicador	2011		
	Lisboa		Portugal
Taxa de analfabetismo (%). Varia entre um mínimo e um máximo de:	2,21 Mafra	9,22 Azambuja	5,22
Homens	1,29 Mafra	5,69 Azambuja	3,51
Mulheres	2,99 Mafra	12,39 Azambuja	6,77

Fonte: INE, Censos 2011, Recenseamento da população e habitação (decenal).

Em 2021, no distrito de Lisboa, 23% da população detinha o ensino secundário e 24% o ensino superior, valores superiores em relação ao conjunto do território nacional (21,3% e 17,4% respetivamente), embora as taxas relativas a graus de escolaridade inferiores no distrito ainda apresentassem valores não negligenciáveis: sem escolaridade, 13,5%; 1º ciclo do ensino básico, 15,8%; 2º ciclo do ensino básico, 8,7%; 3º ciclo do ensino básico, 15%.

GRÁFICO 11 - POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (%) 2021



Fonte: INE, Censos 2021, Recenseamento da população e habitação.

De salientar a positiva diminuição dos indivíduos sem escolaridade ou com escolaridade básica e o aumento progressivo dos indivíduos com níveis superiores de escolaridade entre 2011 e 2021. Se, em 2010, o número de alunos inscritos neste grau de ensino no distrito de Lisboa era de 128 647 e, em Portugal, de 383 627, em 2020 estes valores atingiam respetivamente 130 629 e 396 909.

TABELA 16 - ALUNOS DO ENSINO NÃO SUPERIOR POR NÍVEL DE ENSINO

Indicador	2009/2010		2018/2019		2019/2020	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Alunos do ensino não superior por nível de ensino (n.º e %)	423 964	...	389 773 24%	1 618 609 100%	388 417 24%	1 600 982 100%
Pré-escolar	60 793 14,3%	...	60 302 15,5%	243 719 15%	62 110 16,0%	251 108 16%
1º Ciclo do Ensino Básico	106 291 25,1%	...	97 505 25,0%	393 793 24%	96 657 24,9%	386 583 24%
2º Ciclo do Ensino Básico	57 322 13,5%	...	52 997 13,6%	218 907 14%	52 672 13,6%	215 389 13%
3º Ciclo do Ensino Básico	95 509 22,5%	...	82 956 21,3%	357 529 22%	82 447 21,2%	348 892 22%
Secundário	103 056 24,3%	...	93 422 24,0%	399 386 25%	92 088 23,7%	393 340 25%
Pós-secundário	993 0,2%	...	2 591 0,7%	5 275 0%	2 443 0,6%	5 670 0%

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

À semelhança dos dados relativos ao conjunto do território nacional, Lisboa tem registado uma diminuição lenta, mas persistente, do número de alunos inscritos nos graus de ensino não superior (escolaridade obrigatória). Se, em 2010, o número de alunos inscritos no ensino obrigatório era de 423 964, em 2020 era de 388 417, uma diminuição de 8,4%. Apesar de uma redução no número de alunos que frequentam o ensino não superior de 2009/2010 para 2019/2020, potencialmente explicada pela evolução da taxa de natalidade no país, os estudantes a frequentar o ensino não

superior (níveis 1, 2, 3, 4 e 5 do QNQ<sup>66</sup>) no distrito de Lisboa representavam 24% do total dos alunos do país tanto em 2018/2019 como em 2019/2020.

A escola é, ela própria, reprodutora de profundas desigualdades sociais, particularmente, dada a assimétrica distribuição das possibilidades de aquisição de competências e conhecimentos<sup>67</sup>. A taxa de retenção e desistência escolar é um indicador que demonstra essas assimetrias a nível nacional e internas ao próprio distrito de Lisboa. Em primeiro lugar, deve mencionar-se que a taxa de retenção e desistência no ensino básico a nível nacional diminuiu de 7,9% para 2,2% entre 2010 e 2020. Observa-se, no entanto, que, no distrito de Lisboa, o concelho de Sobral de Monte Agraço superava, em larga medida, a taxa nacional (5,7%), com valores na ordem dos 7,2%. Em contrapartida, o concelho de Cascais registava uma taxa de apenas 1,1%.

A escola também é produtora de desigualdades sociais numa outra vertente, dado que o sucesso da transmissão dos seus conhecimentos e competências depende do “capital cultural” que os alunos já trazem consigo e que é produzido, em primeiro lugar, na família, através dos processos precoces e graduais de socialização<sup>68</sup>. Neste sentido, quando observamos a taxa de abandono escolar é necessário evitar a responsabilização individual, dado que aqueles que se autoexcluem fazem-no em virtude de terem sido previamente excluídos. Assim, observamos sem surpresas que os concelhos na periferia da capital concentram menores taxas de transição ou conclusão do ensino secundário: o concelho da Amadora, por exemplo, registava uma taxa de 86,3%, abaixo da taxa relativa ao conjunto do país (91,5%) e do concelho da Lourinhã (93,1%).

---

<sup>66</sup> Quadro Nacional de Qualificações. Portaria nº 782/2009, de 23 de julho.

<sup>67</sup> Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. (1992). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

TABELA 17 - ESCOLARIDADE NO DISTRITO DE LISBOA

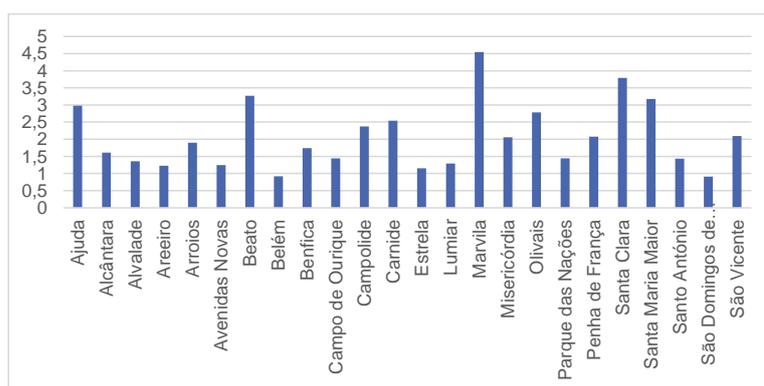
Indicador	2009/2010			2018/2019			2019/2020		
	Lisboa	Portugal		Lisboa	Portugal		Lisboa	Portugal	
Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%). Varia entre um mínimo e um máximo de:	12,9%	6,9%	7,9%	2,3%	8,4%	3,8%	1,1%	5,7%	2,2%
	Oeiras	Amadora		Cascais	Sobral de Monte Agraço		Cascais	Sobral de Monte Agraço	
1º Ciclo do Ensino Básico	1,6%	6,5%	3,7%	0,6%	5,6%	2,1%	0,5%	7,2%	1,4%
	Arruda dos Vinhos	Amadora		Arruda dos	Sobral de Monte Agraço		Cadaval	Sobral de Monte Agraço	
2º Ciclo do Ensino Básico	7,1%	14,5%	7,7%	1,6%	9,7%	3,8%	0,7%	6,2%	2,4%
	Azambuja e Cascais	Lourinhã		Mafra	Lourinhã		Cascais	Loures	
3º Ciclo do Ensino Básico	11,4%	22,8%	13,8%	3,9%	14,1%	5,8%	1,6%	7,4%	3,0%
	Oeiras	Amadora		Cascais	Sobral de Monte Agraço		Cascais	Odivelas	
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário. Varia entre um mínimo e um máximo de:	70,5%	83,0%	80,7%	76,7%	87,7%	86,9%	86,3%	93,1%	91,5%
	Amadora	Lourinhã		Alenquer	Torres Vedras		Amadora	Arruda dos Vinhos	
Cursos gerais/científico-humanísticos	66,9%	84,7%	79%	73,9%	89,4%	85%	85,1%	97,3%	92%
	Amadora	Lourinhã		Amadora	Arruda dos Vinhos		Odivelas	Arruda dos Vinhos	
Cursos tecnológicos/profissionais	74,0%	92,3%	83,7%	80,4%	100,0%	89,7%	65,5%	94,1%	90,8%
	Arruda dos Vinhos	Sobral de Monte Agraço		Arruda dos Vinhos	Cadaval		Sobral de Monte Agraço	Cadaval	

Fonte: INE/Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (anual).

## Concelho

Observamos as mesmas discrepâncias quando aprofundamos a análise ao nível das freguesias. Se em 2021, na cidade de Lisboa, existem 10 075 pessoas analfabetas, só Marvila registava 1 480 pessoas nesta condição. Marvila apresenta uma taxa de analfabetismo de 4,5%, mais do dobro da cidade de Lisboa no seu conjunto (2,02%) e superior à do país (3%), fenómeno idêntico ao que sucede na freguesia de Santa Clara, com uma taxa de analfabetismo de 3,7%.

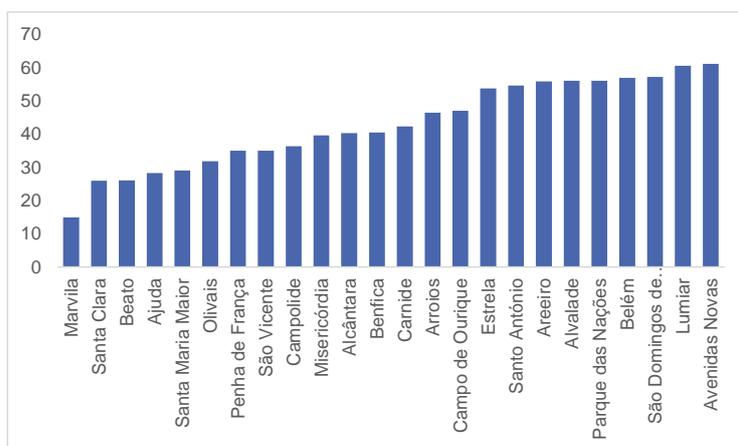
GRÁFICO 12 - TAXA DE ANALFABETISMO (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA À DATA DOS CENSOS [2021] (NUTS - 2013) E SEXO



Fonte: INE, Censos 2021, Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo.

A cidade de Lisboa registava uma taxa de conclusão do ensino superior de 43,9%, bem acima dos dados relativos ao conjunto do território nacional (21,2%). Não obstante, são, mais uma vez, as freguesias de Marvila e Santa Clara que detêm as menores taxas de conclusão do ensino superior, com 14,9% e 26% respetivamente. Em sentido inverso encontram-se as freguesias das Avenidas Novas (61,1%), Lumiar (60,6%) e São Domingos de Benfica (57,2%).

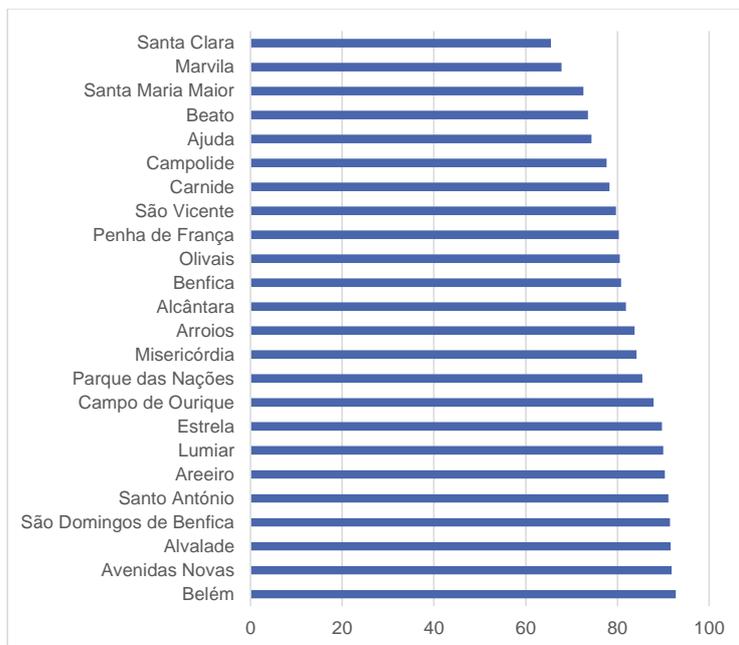
GRÁFICO 13 - TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA À DATA DOS CENSOS [2021]



Fonte: INE, Censos 2021, Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo.

Estas assimetrias são igualmente observáveis nas taxas de conclusão do ensino secundário entre os 20 e os 24 anos, dado que Santa Maria Maior (72,6%), Marvila (67,8%) e Santa Clara (65,5%) possuem os valores mais reduzidos, em contraposição a Belém (92,7%), Avenidas Novas (91,8%) e Alvalade (91,6%).

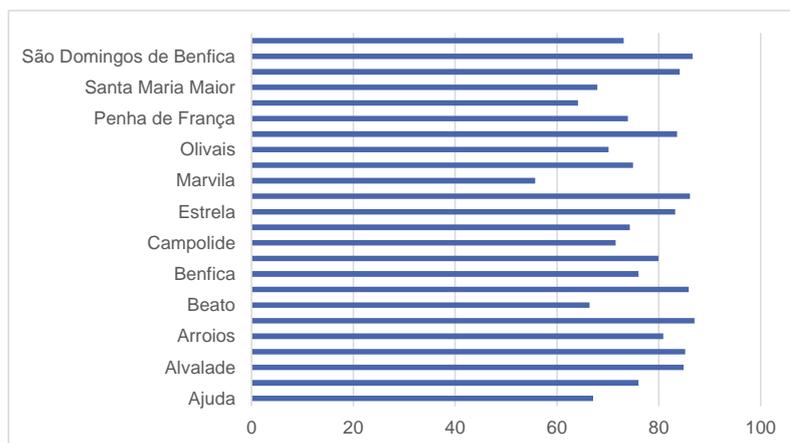
GRÁFICO 14 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA À DATA DOS CENSOS [2021] (NUTS - 2013) E SEXO



Fonte: INE, Censos 2021, Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo.

Tendência semelhante para a taxa de conclusão do terceiro ciclo, onde Marvila (55,7%) e Santa Clara (64,1%) apresentam os valores mais baixos, ao contrário do que sucede nas freguesias das Avenidas Novas (87%), São Domingos de Benfica (86,6%) e Lumiar (86%).

GRÁFICO 15 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO COMPLETO (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA À DATA DOS CENSOS [2021] (NUTS - 2013) E SEXO



Fonte: INE, Censos 2021, Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo.

## Saúde

### Distrito

Na tabela 18, observamos que, entre 2013 e 2020, o distrito de Lisboa apenas adicionou um hospital ao seu território e tal aumento reporta-se à oferta hospitalar privada, que aumentou de 30 para 32. O número de hospitais públicos, diminuiu de 22 para 21. Em consequência, a representatividade dos hospitais públicos do distrito de Lisboa em relação ao total nacional diminuiu 2 pontos percentuais. Esta é, aliás, uma tendência nacional, dado que o aumento dos hospitais no conjunto do território nacional, que transitaram de 226 para 241, tem sido suportado pela crescente oferta privada. Tal como Lisboa, os hospitais públicos em Portugal diminuíram de 115 para 110. Seguindo a mesma tendência, as camas disponíveis em hospitais públicos no distrito de Lisboa passaram de 6 076, em 2013, para 5 531, em 2020. Em Portugal observou-se uma tendência semelhante: em 2013, existiam 24 544 camas em hospitais públicos e, em 2020, 23 892.

TABELA 18 - HOSPITAIS: EVOLUÇÃO DISTRITAL E NACIONAL DE 2013 A 2020

Indicador	2013		2019		2020	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Hospitais (n.º)	55 5,3%	226 100%	55 5,3%	240 100%	56 5,3%	241 100%
Hospitais públicos	22 40%	115 51%	21 38%	110 46%	21 38%	110 46%
Hospitais privados	30 55%	107 47%	31 56%	127 53%	32 57%	128 53%
Parcerias público-privadas (PPP)	3 5%	4 2%	3 5%	3 1%	3 5%	3 1%
Camas em hospital (público)	6 076 24,8%	24 544 100%	5 774 24,1%	23 975 100%	5 531 23,2%	23 892 100%

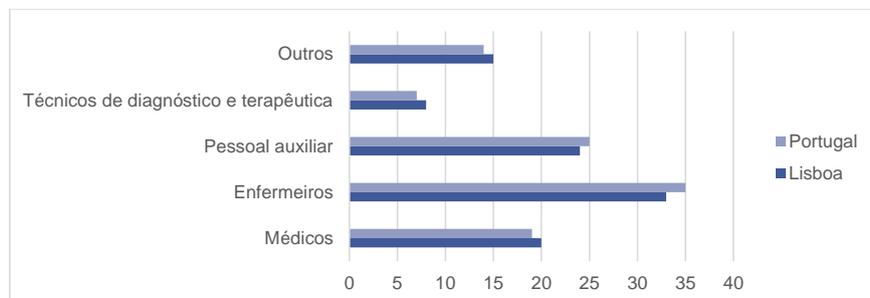
Fonte: INE (anual).

O desinvestimento na área da saúde revelado por estes dados, demonstrou a sua gravidade no período da pandemia, dada a sobrecarga extrema do Serviço Nacional de Saúde (SNS)<sup>69</sup>. De relembrar que Lisboa possui quatro dos cinco concelhos com maior densidade populacional do país (Amadora, Odivelas, Lisboa e Oeiras) e três dos cinco concelhos com maior população residente (Lisboa, Sintra e Cascais). Como tal, a oferta hospitalar é, no caso do distrito de Lisboa, particularmente relevante. Os concelhos da Amadora e de Sintra, respetivamente, o concelho com a maior densidade populacional do país e o segundo concelho com a maior população residente, são servidos por um único hospital público.

De salientar também que, embora o número de pessoal ao serviço nos hospitais do distrito de Lisboa tenha aumentado consistentemente entre 2013 e 2020, de 26 568 para 29 316, o número de médicos cresceu de forma bem mais modesta, tendo passado de 5 455 para 5 945. Tal significa que o aumento do pessoal ao serviço nos hospitais foi alavancado, em grande medida ou quase exclusivamente, por enfermeiros, pessoal auxiliar e técnicos de diagnóstico e terapêutica.

<sup>69</sup> Natália Faria, "Observatório diz que não é compreensível ausência de investimento na saúde pública", *Público*, 23 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/06/23/sociedade/noticia/observatorio-nao-compreensivel-ausencia-investimento-saude-publica-1967552>.

GRÁFICO 16 - PESSOAL AO SERVIÇO NOS HOSPITAIS (%) 2020



Fonte: INE (anual).

No ano de 2019, o concelho de Lisboa registou taxas de mortalidade por tumores malignos (3,5‰) superiores à média nacional (2,8‰). Em relação às taxas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório era o concelho do Cadaval (4,6‰) que ultrapassava as taxas relativas ao conjunto do território nacional (3,2‰).

TABELA 19 - TAXA DE MORTALIDADE POR TUMORES MALIGNOS E DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO

Indicador	2011		2018		2019	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰). Varia entre mínimo de: e máximo de:	1,5 Arruda dos Vinhos	2,4	2,1 Sintra	2,7	2,2 Vários <sup>1</sup>	2,8
	3,4 Lisboa		3,6 Lisboa		3,5 Lisboa	
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰). Varia entre mínimo de: e máximo de:	2 Sintra	3	2,2 Sintra	3,2	2,1 Mafra	3,2
	5,7 Cadaval		5 Cadaval		4,6 Cadaval	

Fonte: INE (anual).

Observando novamente as discrepâncias internas no distrito de Lisboa, é no concelho da Amadora que a taxa quinquenal de mortalidade infantil apresenta valores mais elevados (5‰), superando em dois pontos percentuais a taxa nacional e em mais de três pontos percentuais o concelho da Arruda dos Vinhos. É também no concelho da Amadora que verificamos a maior taxa quinquenal de mortalidade neonatal no distrito de Lisboa (3,1‰), ultrapassando, mais uma vez, a taxa nacional (2‰).

TABELA 20 - TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE NEONATAL E MORTALIDADE INFANTIL

Indicador	2007-2011		2014-2018		2015-2019	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (%)	0		0,9		0,9	
Varia entre mínimo de:	Lourinhã	2,1	Lourinhã	2,1	Lourinhã	2
e máximo de:	Sobral de Monte Agraço		Mafra		Amadora	
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%)	1,6		1,6		1,7	
Varia entre mínimo de:	Cadaval	3,2	Alenquer	3	Arruda dos Vinhos	3
e máximo de:	Amadora		Cadaval		Amadora	

Fonte: INE (anual).

De salientar também que a problemática da saúde mental, uma área consistentemente negligenciada pelo Estado e que ainda carece de elevados investimentos, foi bastante enfatizada pelos nossos interlocutores. Aliás, nos diversos relatos transcritos em baixo, observamos como os diferentes percursos de pobreza e exclusão social se interligam com a problemática da saúde mental:

Entrevista #5. Comecei a ter ataques de pânico quando mudei da Bobadela para o bairro social.

Entrevista #3. Eu sou engenheiro mecânico. Fui professor desde 1978, mais 17 anos no ISEL, em que fui professor convidado e ganhava bem. Também fui pioneiro de uma empresa aqui em Portugal. Estive lá 11 anos ao mesmo tempo que dava aulas, mas depois com a minha doença (bipolaridade)... tive uma vida boa não fosse a doença ter-se declarado. Agora estou num lar, há 3 ou 4 anos, desde que me descompensei psicologicamente.

Entrevista #7. Eu sou formada em indústria farmacêutica e trabalhei bastantes anos nessa área. O motivo que me levou a sair e ir para a residência da AIPS (Associação para o Estudo e Integração Psicossocial) foi o meu *annus horribilis* em 1991, que já foi ultrapassado, mas que marcou muito a minha existência. Eu estou diagnosticada com Síndrome de Asperger ou autismo.

Por fim, importa ainda mencionar que o mesmo efeito de fio condutor, geralmente resultando em situações de pobreza e exclusão social ou sendo sua consequência, pode ser observado relativamente aos consumos aditivos. Como refere um dos entrevistados:

Entrevista #6. Meti-me nas drogas e na bebida muito cedo, a minha vida não foi fácil. As pessoas que vivem na rua, posso falar por experiência própria, querem duas coisas: ou droga, ou bebida. Para se esquecerem de tudo o que se passou.

## Proteção Social

### Distrito

O distrito de Lisboa acompanha a tendência de envelhecimento populacional observada para o conjunto do território nacional. Tal circunstância reflete-se no aumento do número de pensionistas de velhice e sobrevivência ao longo dos últimos anos. No distrito de Lisboa residem 20% do total dos pensionistas a nível nacional. Destes, estão abrangidos pela pensão de velhice (71,4%), pela pensão de sobrevivência (24,1%) e pela pensão de invalidez (4,2%).

Em comparação com o número de pensionistas, a percentagem daqueles que recebem o Complemento Social para Idosos (CSI) é muito reduzida (12,9%). Este complemento é destinado a pessoas cuja única fonte de rendimentos é uma pensão de valores extremamente diminutos<sup>70</sup>. Segundo os dados da tabela 21, o número de idosos nesta situação no distrito de Lisboa, em 2021, era de 21 662, o que corresponde a cerca de 13% do total a nível nacional. Constata-se também que o número de idosos que recebem este complemento tem vindo a diminuir. Dado que esta é uma medida que procura combater situações de pobreza severa junto da população idosa e dado que foi, em larga medida, devido a este complemento que a taxa de risco de pobreza ou exclusão social em pessoas com mais de 65 anos desceu 23% entre 2010 e 2019<sup>71</sup>, a redução do número de beneficiários do CSI é preocupante. É necessário ter em conta que a população idosa é especialmente vulnerável a situações de pobreza, isolamento e exclusão social, em particular, no distrito de Lisboa, onde o custo de vida é superior à média nacional.

Em 2021, do total de pensionistas do distrito de Lisboa, apenas 4,2% auferiam a pensão por invalidez, número que sofreu uma redução em relação a 2009 (9%). Este decréscimo estará relacionado com a transição de muitos beneficiários para a Prestação Social para a Inclusão, aprovada pelo Decreto de Lei nº 126-A/2017<sup>72</sup>. Em 2020, beneficiavam desta medida mais de 20 000 pessoas no distrito de Lisboa, cerca de 18% do total de beneficiários a nível nacional.

<sup>70</sup> Terão direito ao CSI, as pessoas com recursos inferiores ou iguais a 5 258,63€ por ano, ou, pessoas casadas, ou em união de facto, cujos recursos não ultrapassem os 9 202,60€ anuais (ISS, I.P. [2022]. "Guia Prático de Complemento Solidário para Idosos").

<sup>71</sup> Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza. (2020). "Pobreza, isolamento e saúde mental nos idosos: breve retrato português e riscos no contexto COVID-19". Porto: EAPN Portugal.

<sup>72</sup> Diário da República nº 193/2017, 1º Suplemento, Série I, 6 de outubro de 2017.

Quanto ao subsídio por doença, verifica-se que, de 2020 para 2021, houve uma redução do número de beneficiários no distrito de Lisboa e no conjunto do território nacional. No entanto, importa assinalar que, no contexto da pandemia da Covid-19, o número de respostas, apoios e prestações sociais no âmbito da saúde aumentou<sup>73</sup>: de acordo com os dados providenciados pela Segurança Social, antes de 2020, o número de beneficiários e o valor das prestações atribuídas eram menores<sup>74</sup>.

Acompanhando a diminuição do número de residentes com menos de 18 anos no distrito de Lisboa (Tabela 3<sup>75</sup>), os titulares de abono de família também têm vindo a decrescer. Embora a percentagem se tenha mantido nos 21%, de 2009 a 2021, menos 120 000 pessoas eram titulares de abono de família.

TABELA 21 - PRESTAÇÕES SOCIAIS 2009/2020/2021

Indicador	2009		2020		2021	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Pensionistas (n.º)	562 249 19,7%	2 859 269 100%	566 755 19,1%	2 969 728 100%	563 307 18,9%	2 977 307 100%
Velhice	378 990 67,4%	1 864 840 65,2%	407 671 71,9%	2 070 387 69,7%	403 861 71,7%	2 070 069 69,5%
Invalidez	50 664 9,0%	297 186 10,4%	24 542 4,3%	178 577 6,0%	23 644 4,2%	173 866 5,8%
Sobrevivência	132 595 23,6%	697 243 24,4%	134 542 23,7%	720 764 24,3%	135 802 24,1%	733 372 24,6%
Beneficiários de Complemento Social para Idosos (n.º)	34 835 15,0%	232 808 100%	23 253 13,5%	171 768 100%	21 662 12,9%	167 399 100%
Beneficiários de subsídio por doença (n.º)	...	...	127 916 19,0%	673 769 100%	111 299 17,7%	628 391 100%
Beneficiários de Prestação Social para a Inclusão (n.º)	...	...	20 622 18,0%	114 798 100%	22 224 18,0%	123 623 100%
Titulares de abono de família (n.º)	374 369 20,3%	1 846 761 100%	255 263 21,2%	1 201 737 100%	251 772 21,5%	1 170 781 100%

Fonte: ISS,I.P (anual).

Analisando os dados relativos ao subsídio de desemprego (Tabela 22), observamos que o número de beneficiários de subsídio de desemprego baixou em relação a 2009, acompanhando a tendência do país. Contudo, observamos que, no mesmo ano, os beneficiários de subsídio de desemprego do distrito de Lisboa representavam apenas 18% do total e, em 2021, esta percentagem subiu para quase 22%. Assim sendo, apesar da redução de quase 10 000 beneficiários do subsídio de

<sup>73</sup> ISS, I.P., "Prestações por doença". Disponível em: [https://www.seg-social.pt/estatisticas-detalle/-/asset\\_publisher/GzVihCL9jqf9/content/prestacoes-por-doenca](https://www.seg-social.pt/estatisticas-detalle/-/asset_publisher/GzVihCL9jqf9/content/prestacoes-por-doenca).

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> Ver capítulo sobre território e população.

desemprego no distrito, Lisboa contava, em 2021, com mais de um quinto do total de beneficiários desta prestação.

No distrito de Lisboa, o valor médio da prestação é ligeiramente superior ao da média nacional. Sendo este valor calculado em função dos rendimentos anteriores do beneficiário, percebe-se que os salários praticados no distrito, em média mais elevados, influenciam, decisivamente, este fator. No entanto, estes dados devem ser analisados à luz das discrepâncias regionais que foram mencionadas no capítulo “Rendimento e Poder de Compra”. De notar que a diferença entre o valor médio do subsídio de desemprego praticado em Lisboa e no conjunto do território nacional é de apenas 37,37€, não se ajustando ao custo de vida comprovadamente mais elevado na zona metropolitana do distrito<sup>76</sup>.

TABELA 22 - SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

Indicador	2009		2020		2021	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Beneficiários de subsídios de desemprego (n.º)	100 143	550 344	90 318	443 280	91 784	420 955
	18,2%	100%	20,4%	100%	21,8%	100%
Valor médio do subsídio de desemprego (€)	547,99 €	469,31 €	572,14 €	526,83 €	570,81 €	533,44 €

Fonte: ISS,I.P. (anual).

Analisando os números relativos ao Rendimento Social de Inserção (RSI), é importante registar que, em Lisboa, a percentagem da população beneficiária desta prestação social correspondia a 2,12% do total da população residente no distrito em 2020. Ressalva-se que, em 2022, o RSI corresponde a apenas 1% do total dos apoios concedidos pela Segurança Social<sup>77</sup>. Para além da necessária reflexão sobre a reestruturação desta prestação social, nomeadamente, no que diz respeito à sua vertente inclusiva, torna-se prioritário repensar a dimensão dos montantes a conceder, tal como consta da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (ENCP)<sup>78</sup>.

Em 2021, do total dos beneficiários do RSI a nível nacional, cerca de 20% residiam no distrito de Lisboa. O número de beneficiários desta prestação social tem vindo a diminuir consistentemente desde 2009, tanto a nível distrital como a nível nacional, o que espelha, menos uma redução dos fenómenos da pobreza e da exclusão social, e mais uma gradual retirada do Estado das suas legítimas funções sociais. Em

<sup>76</sup> INE, “Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016”.

<sup>77</sup> Delfim Machado, “RSI só vale 1% do total dos apoios da Segurança Social”, *Jornal de Notícias*, 17 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.jn.pt/nacional/rsi-so-vale-1-do-total-dos-apoios-da-seguranca-social--14497547.html>.

<sup>78</sup> Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. Disponível em: <http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/170077/Proposta+de+ENCP.pdf/b111c3a7-dc79-4348-a9d1-b45f587ae063>.

Lisboa, entre 2009 e 2021, o número de beneficiários passou de 81 093 para 53 346. Quanto ao número de agregados familiares beneficiários do RSI, constata-se uma tendência semelhante: de 31 935, em 2009, para 24 831, em 2021. Inversamente, a percentagem de agregados familiares beneficiários do RSI no distrito de Lisboa em relação ao total do país tem vindo a aumentar: de 16,6%, em 2009, para 19,5%, em 2021. É ainda de assinalar que o valor médio do RSI no distrito de Lisboa, tanto por beneficiário, como por família, assemelha-se à média nacional, o que levanta desafios particulares na região de Lisboa, dado que o custo de vida na região é significativamente mais elevado<sup>79</sup>.

TABELA 23 - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Indicador	2009		2020		2021	
	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal	Lisboa	Portugal
Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (n.º)	81 093 16,7%	485 498 100%	48 893 19,0%	257 968 100%	53 346 20,4%	261 992 100%
Valor médio do Rendimento Social de Inserção por beneficiário em Dezembro (€)	96,96 €	92,53 €	120,08 €	118,13 €	120,08 €	119,39 €
Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção (n.º)	31 935 16,6%	192 249 100,0%	22 719 18,4%	123 662 100,0%	24 831 19,5%	127 105 100,0%
Valor médio do Rendimento Social de Inserção por família (€)	254,33 €	240,20 €	268,35 €	261,96 €	268,65 €	260,96 €

Fonte: ISS,I.P (anual).

## Concelho

Aprofundando ao nível das freguesias na cidade de Lisboa e acompanhando as assimetrias observadas para outros indicadores, observamos que, em 2021, Marvila (602), Penha de França (409) e Arroios (402) eram os territórios onde se registava o maior número de beneficiários do CSI, ao contrário do que sucedia no Parque das Nações (83), Santo António (96) e Belém (119)<sup>80</sup>. Por sua vez, Santa Clara (112,05€), Beato (111,14€) e Parque das Nações (111€) representavam as freguesias com o maior valor médio do CSI, em oposição a São Vicente (96,05€), Belém (97,84€) e Arroios (99,37€)<sup>81</sup>.

Efetivamente, os dados sobre as prestações sociais são extremamente relevantes para preencher as lacunas de outros indicadores ao nível das freguesias na

<sup>79</sup> INE. (2017). "Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016". Lisboa: INE.

<sup>80</sup> Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, "CSI". Disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/lisboa-em-numeros/proteccao-social/>.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

cidade de Lisboa (por exemplo, na secção “Rendimento e Poder de Compra”). Em relação ao abono de família, constatamos a mesma tendência de concentração dos fenómenos multidimensionais de vulnerabilidade social e económica nas bolsas de pobreza existentes nos territórios de Marvila e Santa Clara. Se, em 2020, a cidade de Lisboa contava com 45 741 beneficiários do abono de família, só Marvila representava 11,6% deste valor, com 5 324 beneficiários<sup>82</sup>. Por sua vez, Santa Clara contabilizava 4 315 titulares do abono de família, ou 9,4%<sup>83</sup>.

Constatamos também que, em 2020, Arroios (1 863), Marvila (1 519) e Penha de França (1 470) agregavam o maior número de beneficiários de prestações de desemprego, ao contrário do que sucedia nas freguesias de Misericórdia (476), Santo António (427) e Belém (363)<sup>84</sup>. Contudo, como os dados relativos aos valores do subsídio de desemprego têm por referência os valores salariais anteriores, não surpreende que as freguesias menos afluentes registem, igualmente, os valores mais diminutos. Valores que nos indicam, indiretamente, o rendimento e o poder de compra das populações residentes nesses territórios e que acompanham as assimetrias mencionadas acima. São os casos das freguesias de Santa Clara (555,60€), Marvila (548,57€) e Santa Maria Maior (542,33€), em sentido inverso ao que acontece no Lumiar (734,26€), Belém (732,82€) e Parque das Nações (722,71€)<sup>85</sup>.

Por outro lado, no que diz respeito ao subsídio social de desemprego, observamos que, em 2020, Arroios (112), Penha de França (90) e Marvila (82) possuíam o maior número de beneficiários, em oposição às freguesias da Ajuda (19), Santo António (19) e Belém (11)<sup>86</sup>. Por valor processado desta prestação social observamos, mais uma vez, que, excetuando Santa Clara (469,61€), são as freguesias mais privilegiadas que beneficiam de valores médios superiores: Misericórdia (465,03€) e Belém (461,47€)<sup>87</sup>.

Em 2020, eram novamente as freguesias de Santa Clara (3 235) e Marvila (2 673) que registavam um maior número de beneficiários do RSI<sup>88</sup>. Tendência idêntica quando analisamos os dados por agregado familiar: Santa Clara (1 054) e Marvila (1 009)<sup>89</sup>. Em sentido inverso, encontravam-se as freguesias das Avenidas Novas (156),

<sup>82</sup> Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, “Abono de Família”. Disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/lisboa-em-numeros/proteccao-social/>.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, “Subsídios de Desemprego”. Disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/lisboa-em-numeros/proteccao-social/>.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

<sup>88</sup> Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, “RSI”. Disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/lisboa-em-numeros/proteccao-social/>.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

Santo António (141) e Belém (69)<sup>90</sup>. Por montantes mensais processados, constatamos que as freguesias do Lumiar (107,45€), Santa Clara (109,84€) e Carnide (109,85€) registavam os valores mais baixos, ao contrário do que se verificava nas freguesias da Misericórdia (165,83€), Arroios (157,01€) e Santa Maria Maior (155,10€)<sup>91</sup>.

Para além dos dados estatísticos acima mencionados, que já apontam para a urgente necessidade de reestruturação do RSI como instrumento de inclusão social, os relatos dos nossos interlocutores são elucidativos quanto à sua simultânea importância e ineficácia:

Entrevista #1. Gasto a maioria dos meus rendimentos nas despesas, água, luz, renda, alimentação... fica pouquinho. Se não tivesse o RSI seria sem-abrigo com certeza.

Entrevista #5. O RSI vai todo para a renda, eu não recebo mais nada.

Entrevista #6. O RSI não chega, o que me dão não chega sequer para pagar a minha renda.

O tema da proteção social, esfera de atuação da administração pública junto das populações em situação de vulnerabilidade social e económica, incentiva a reflexão dos cidadãos sobre o papel do Estado no combate à pobreza e à exclusão social. Desta forma, observamos como, para os nossos interlocutores, cabe ao Estado assegurar o sucesso dos processos de inclusão e bem-estar social:

Entrevista #1. O que o governo tem de fazer é ajudar os pobres. Porque uma Nação, quando o pobre não está bem, essa Nação não está bem também. Quando o pobre está mal, o Estado não está bem.

Entrevista #4. Cabe ao Estado assumir na íntegra a responsabilidade pelo bem-estar social, não há nada, não há milagres que possam fazer isso. Primeiro vamos à habitação, depois da habitação vamos à saúde, depois da saúde vamos à escola, depois da escola é o trabalho digno, depois do trabalho digno entramos dali para o salário, depois tendo salário a boa vida é outra coisa.

Entrevista #6. O Estado tem muitas casas vazias, acho que o Estado devia dar essas casas a quem precisa. Se há muita miséria cá em Portugal e muitos sem-abrigo, o Estado é o culpado disso. Nós vemos, por exemplo, sem-abrigos deitados na rua, qual foi a ajuda que eles tiveram? Eles deviam fazer mais pelos sem-abrigo, são as pessoas que mais necessitam e eles não fazem.

Os discursos dos nossos entrevistados sobre o papel do Estado no combate à pobreza e exclusão social indicia alguma frustração pela falta de intervenção em áreas

<sup>90</sup> *Ibidem.*

<sup>91</sup> *Ibidem.*

essenciais ao bem-estar dos cidadãos. Sob o mote de não deixar ninguém para trás, o setor social assume um papel de extrema relevância na resposta a situações extremas de vulnerabilidade, como é evidente nos testemunhos transcritos em baixo:

Entrevista #6. Foi nessa altura que eu fui à CAIS e pedi para andar a vender a revista. Desde que entrei para a CAIS, a minha vida mudou um bocadito. Deixei as drogas há 27 anos, deixei a bebida e dou graças à CAIS porque foram eles que me ajudaram a subir muito na vida, se não fosse a CAIS se calhar já estava morto.

Entrevista #5. Se não fosse a CAIS como é que eu fazia? Estava isolado.

Entrevista #1. Tem uma casa que nós temos, de nome CEPAC (Centro Padre Alves Correia), esta casa é a nossa salvação. O CEPAC dá-nos quase tudo, medicamentos, roupa, formação, tudo, carinho e amor não nos falta.

Como veremos em baixo e tal como as entidades do terceiro setor, as redes familiares e de apoio atuam também como minimizadores dos fenómenos da pobreza e da exclusão social.

Entrevista #6. Se não fosse a minha irmã, provavelmente estaria na rua, completamente abandonado.

Entrevista #5. O que vai valendo é o apoio da Santa Casa e dos meus amigos.

Entrevista #4. Ali onde eu moro existe aquela confraternização entre nós. Cheguei aqui e fui recebido por um sobrinho meu que foi economista no Brasil, fomos para a casa onde morava o irmão.

Entrevista #7. Preciso de apoio familiar para pagar a mensalidade do quarto, a minha mãe paga-me o quarto e eu pago os médicos, a farmácia. Se não fosse a minha família estaria muito pior e acho que o meu irmão e a minha irmã atualmente dão-me apoio. Se não fosse a minha família não conseguiria estar na residência.

Percebe-se assim que as prestações sociais e apoios do Estado têm necessariamente de ser complementados pelas entidades do terceiro setor e pelas redes de apoio, e essas sim tomam um papel de relevância ao evitar que as pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social transitem para uma condição de absoluto desamparo e de privação material severa.

## Participação Eleitoral

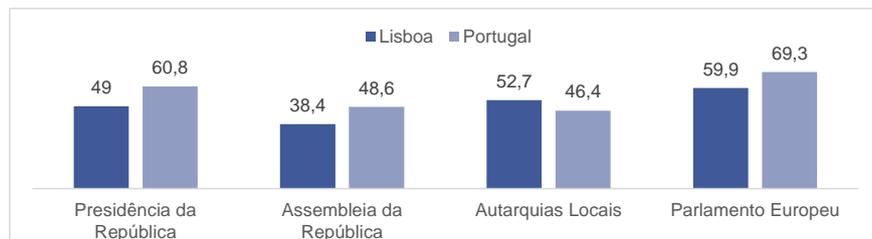
### Distrito

Desde o 25 de abril de 1974 que a participação eleitoral tem diminuído de forma consistente em Portugal. O distrito de Lisboa, neste particular, não constitui exceção.

As eleições legislativas de 1976 contaram com a participação de 91,5% de votantes em relação ao número total de eleitores, valor semelhante ao registado no distrito de Lisboa. Todavia, nas eleições legislativas de 2021, apenas 51,4% dos eleitores residentes em Portugal foram às urnas. Apesar de também ter verificado uma descida substancial no número de votantes, o distrito de Lisboa ficou acima da taxa nacional, com uma participação de 61,6% dos eleitores.

Em sentido contrário, posiciona-se a taxa de abstenção: em 1976, tanto o distrito de Lisboa, quanto o conjunto do território nacional, contabilizaram uma taxa de abstenção a rondar os 8%. Comparando com a realidade mais recente, em 2021, esta taxa de abstenção crescera para os 38,4% no distrito de Lisboa e 48,6% a nível nacional.

GRÁFICO 17 - ABSTENÇÃO ELEITORAL (%)



Fonte: PORDATA/SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral | Escrutínio Provisório.

Se as eleições legislativas são aquelas que apresentam as maiores taxas de participação eleitoral, as eleições para o Parlamento Europeu encontram-se em sentido inverso: em 2019, apenas 40% dos eleitores do distrito de Lisboa e 31% dos eleitores a nível nacional foram às urnas, tendo a taxa de abstenção atingido 59,9% e 69,3% respetivamente.

## Observações Finais

O BI Distrital de Lisboa recorreu à análise de dados quantitativos e qualitativos com o propósito de caracterizar os fenómenos da pobreza e exclusão social no distrito e na cidade de Lisboa, o que permitiu uma visão integrada das principais questões que afetam o território a diferentes níveis.

Entende-se com este BI que, tanto no distrito de Lisboa, como no concelho que delimita a capital, as áreas mais críticas são a habitação e as disparidades/ desigualdades geradas pelos níveis de rendimento e poder de compra. Por um lado, a crise de habitação apresenta uma maior intensidade na região de Lisboa, assumindo



proporções que se assumem in comportáveis não apenas para os mais pobres, mas também para a classe média. Por outro lado, as disparidades de rendimentos na capital registam nuances que importa destacar, dado que apesar de Lisboa apresentar níveis superiores à média nacional, o território é também o mais desigual.

O contributo de pessoas em situação de pobreza para melhor entendermos a realidade social do distrito e da cidade de Lisboa foi uma das grandes mais-valias para uma maior aproximação da descrição que é feita do fenómeno da pobreza e exclusão social no distrito.

## Bibliografia

Antunes, Ricardo. (2013). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Lisboa: Almedina.

Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean-Claude. (1992). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

Cavaco, Carmen. (2018). "Analfabetismo em Portugal: os dados estatísticos, as políticas públicas e os analfabetos". *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, vol. 1, nº 2, pág. 17-31.

Collins, Patricia e Bilge, Sirma. (2016). *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press.

Eurostat, Distribution of population over 18 years by most frequent activity status, age group and sex - EU-SILC survey.

INE. (2017). *Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016*. Lisboa: INE.

ISS, I.P. (2022). "Guia Prático de Complemento Solidário para Idosos". Diário da República nº 193/2017, 1º Suplemento, Série I, 6 de outubro de 2017.

Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza. (2020). *Pobreza, isolamento e saúde mental nos idosos: breve retrato português e riscos no contexto COVID-19*. Porto: EAPN Portugal.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2019). *Employment Outlook 2019: the future of work*. Paris: OECD Publishing.

Reis, José. (2018). "A Economia portuguesa: formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)". Coimbra: Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa. (1985). "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português". *Análise Social*, vol. XXI, nº 87-88-89, pág. 869-901.

## Imprensa

Delfim Machado, "RSI só vale 1% do total dos apoios da Segurança Social", *Jornal de Notícias*, 17 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.jn.pt/nacional/rsi-so-vale-1-do-total-dos-apoios-da-seguranca-social--14497547.html>.

Margarida Cardoso, “Lisboa é a capital e o resto continua a ser paisagem. Este estudo apresenta provas”, *Expresso*, 10 de novembro de 2018. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2018-11-10-Lisboa-e-a-capital-e-o-resto-continua-a-serpaisagem.-Este-estudo-apresentaprovas>.

Maria Caetano, “Lisboa e Norte concentram três quartos das vagas de emprego”, *Dinheiro Vivo*, 27 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/lisboa-e-norte-concentram-tres-quartos-das-vagas-de-emprego-12685534.html>.

Natália Faria, “Observatório diz que não é compreensível ausência de investimento na saúde pública”, *Público*, 23 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/06/23/sociedade/noticia/observatorio-nao-compreensivel-ausencia-investimento-saude-publica-1967552>.

Paulo Ribeiro Pinto, “Portugal é o segundo país onde o trabalho precário mais subiu”, *Dinheiro Vivo*, 27 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/dinheiro/portugal-e-o-segundo-pais-onde-o-trabalho-precario-mais-subiu-10495738.html>.

Raquel Albuquerque, “Desde 2007 que não havia tantos trabalhadores pobres”, *Expresso*, 19 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2021-12-19-Desde-2007-que-nao-havia-tantos-trabalhadores-pobres-4a7f6a2c>.

Ricardo Paes Mamede, “Não é Lisboa que é privilegiada, são alguns dos que ali moram”, *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/ricardo-paes-mamede/nao-e-lisboa-que-e-privilegiada-sao-alguns-dos-que-ali-moram-11552449.html>.

Lusa, “Um quarto dos trabalhadores ganha salário mínimo e são sobretudo mulheres, jovens e precários”, *Jornal de Negócios*, 27 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/um-quarto-dos-trabalhadores-ganha-salario-minimo-e-sao-sobretudo-mulheres-jovens-e-precarios>.

## Webgrafia

Constituição da República Portuguesa, VII revisão constitucional. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. (2021). “Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – 31 de dezembro de 2020”. Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA. Disponível em:

<http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pe%C3%A7as+em+situ%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo+%E2%80%93+31+de+dezembro+2020+%E2%80%93+Dados/f24216a3-476c-4e18-95f4-a8584b741f27>.

Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (2021). Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro. Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29, páginas 19 – 30. Disponível em:

<http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/170077/Proposta+de+ENCP.pdf/b111c3a7-dc79-4348-a9d1-b45f587ae063>.

Fundação Francisco Manuel dos Santos, “Nascer em Portugal”. Disponível em: <http://nascereportugal.ffms.pt/#cada-vez-menos>.

Idealista, “Evolução do preço das casas à venda, Lisboa”. Disponível em: <https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/venda/lisboa/>.

ISS, I.P., Prestações por doença. Disponível em: [https://www.seg-social.pt/estatisticas-detalle/-/asset\\_publisher/GzVlhCL9jqf9/content/prestacoes-por-doenca](https://www.seg-social.pt/estatisticas-detalle/-/asset_publisher/GzVlhCL9jqf9/content/prestacoes-por-doenca).

Organização das Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

Quadro nacional de qualificações. Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho. Diário da República n.º 141/2009, Série I de 2009-07-23. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/257816/portaria-782-2009-de-23-de-julho>.